O Jornal Económico

ESPECIAL

GUIA DE FUNDOS

CRESCIMENTO MANTÉM-SE À BOLEIA DO MERCADO ACIONISTA

Os fundos de investimento nacionais estão a viver um momento muito positivo, depois de todos os altos e baixos do ano passado, com máximos históricos e quedas abruptas, em consequência da pandemia de Covid-19. As perspetivas até ao final do ano continuam a ser de crescimento, apoiado no avança dos processos de vacinação e na expectativa de crescimento das economias, mesmo com os riscos da inflação e de novas variantes. Falta só mesmo ter os fundos ESG a evoluírem com a mesma consistência.

ANÁLISE

Mercado de ações determina valorização dos fundos ● II

ENTREVISTA

João Pratas
Presidente da APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios)

"Faltam políticas públicas que alertem e incentivem os portugueses para pouparem mais" ● VIII

POUPANÇA

Aversão ao risco continua a refrear investimento ● XII

FÓRUM

Quais as perspetivas de evolução dos mercados para o segundo semestre e o impacto na estratégia de alocação de ativos nas várias classes de fundos mobiliários? ● XVI

OPINIÃO

Mercados de todo o otimismo

RICARDO SANTOS FERREIRA
Editor

O período de exceção marcado pela pandemia de Covid-19 tem sido francamente positivo para os fundos de investimento, especialmente para os que se focam nos mercados acionistas. A verdadeira montanha-russa vivida desde o início do ano passado, dos píncaros registados pelos índices em fevereiro, à queda repentina e profunda com a eclosão da pandemia, no mês seguinte, à subida consistente até novos máximos um ano depois, foi muito embalada pela escassez de alternativas de investimento e, também, de consumo. A manutenção das taxas de juro a níveis invulgarmente baixos e a generosa disponibilidade de liquidez patrocinada pelos bancos centrais faz com que investir em dívida ou em depósitos bancários não seja, de todo, atrativo. Acresce a isto a poupança forçada pelos confinamentos e pelas limitações à mobilidade, ociosa por escassez de alternativas de consumo, que também pode ser canalizada para investimento de maior risco. O conjunto contribuiu para que os mercados estejam ao rubro, mas não no limite, como se comentava há meses atrás. Afinal, olhando para a frente, para o que falta até ao final do ano, a aceleração e generalização dos processos de vacinação contra a doença provocada pelo novo coronavírus, as expectativas de crescimento robusto da generalidade das economias e, lá está, a continuação do preço do dinheiro a níveis historicamente baixos, dá aos investidores todas as razões para se sentirem otimistas e acreditarem que ainda há margem de valorização nos mercados, mesmo que os tradicionais alarmes teimem em tocar e que continue a existir risco na realidade envolvente, seja nas novas variantes ou na inflação. Por enquanto, o certo é que a orquestra continuará a tocar e a dança não dá sinais de abrandamento. ●

ANÁLISE

Mercado de ações determina valorização dos fundos

A tendência é de crescimento da economia mundial e dos ativos de maior risco. A pandemia gerou contingências mas também oportunidades.

VÍTOR NORINHA
vnorinha@jornaleconomico.pt

Os fundos de investimento estão dependentes de circunstâncias macro e micro, que nem sempre são possíveis de antecipar, como comprova a pandemia de Covid-19, que o Mundo enfrenta há quase ano e meio. Neste período, os fundos de investimento estão a viver um momento de crescimento acelerado e a perceção, nesta altura, é de que a tendência é para continuar.

Os fundos mobiliários cresceram 14,1% entre dezembro de 2020 e maio último, enquanto os fundos imobiliários sofreram uma ligeira redução, de 1,2%, no mesmo período, e os fundos de pensões uma subida de 1,4%.

Nos fundos imobiliários a contenção é maior, pois os gestores não arriscam investimentos sem rendibilidades asseguradas e a crise de 2008 ainda está muito presente na mente de muitos decisores. Ainda assim, Armando Lopes, do Montepio Valor, diz ao Jornal Económico (JE) que "a manutenção de baixas taxas de juro tem potenciado o apetite dos investidores por ativos como os FII [fundos de investimento imobiliário] e, ao reduzir o custo de financiamento, contribuído para o aumento da concessão de crédito. Esta combinação tem permitido ao mercado imobiliário manter um comportamento favorável em termos de preços, sobretudo no segmento habitacional".

Já os fundos mobiliários registam valorizações acentuadas e o destaque vai para os fundos multiativos. Recorda um "paper" da equipa de research do Millenniumbcp que esta categoria de fundos está a valorizar há mais de um ano, mas isto, sublinham, "não significa que tenham valorizado muito, demasiados ou de forma insustentável".

Ações em destaque

As informações da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP), realizada no quadro semanal das melhores rendibilidades e com data de final de junho, refere que tem sido a categoria dos fundos flexíveis e dos fundos de ações da América do Norte aquela que apresenta rendibilidades anualizadas extraordinárias, sempre acima dos 30%, sendo que o melhor fundo é o BPI América, com uma rendibilidade anualizada de 37,09% (ver texto na página 13 deste Guia).

Nos primeiros cinco meses deste ano, o valor sob gestão pelos fundos de investimento mobiliário investido em ações aumentou 25,8%, para 2,43 mil milhões de euros, segundo os dados mais recentes compilados pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Este progresso supera em mais de 11 pontos percentuais o crescimento do total de valores mobiliários sob gestão, que aumentaram 14,1%, para 16,7 mil milhões de euros (ver texto na página 4 deste Guia).

"O primeiro semestre fica marcado pela celeridade da vacinação nos países desenvolvidos, que aliada aos níveis excedentários de poupança e às políticas expansionistas alimenta perspetivas construtivas para o segundo semestre", afirma Luís Andrade, CFA da IM Gestão de Activos, ao JE.

Nem todos subiram

Mas se a valorização de algumas classes de ativos é um dado adquirido, também é verdade que os fundos de investimento, tanto mobiliários como os imobiliários e, ainda, os fundos de pensões que quiseram introduzir alguma volatilidade, viram-se com dificuldades perante a subida das taxas de juro nos prazos mais longos.

"O contexto é desfavorável para obrigações, atendendo aos níveis deprimidos das taxas de juro reais, embora os incrementos esperados das yields sejam inferiores aos verificados até aqui", refere Luís Andrade.

O mercado de crédito e de ações tem recuperado e isso explica a subida das valorizações dos fundos multiativos

Como sublinha uma análise do Millenniumbcp, este facto "penalizou a grande maioria dos mercados obrigacionistas, nomeadamente o segmento de governos, investment grade e dívida de mercados emergentes". Em contraste, as valorizações positivas estão concentradas em dívida high yield, ações e fundos alternativos. Dito isto, é um consenso quase geral, a recuperação económica irá continuar com melhores resultados empresariais e a melhoria do risco creditício das empresas. Os mercados acionistas tenderão a "novas valorizações", refere o Millenniumbcp, advertindo que as subidas serão menos expressivas.

Na mesma linha está Rui Martins, da Caixa Gestão de Activos, que acredita que os decisores monetários e fiscais deverão permanecer com "políticas mais expansionista que em ciclos passados". E é neste sentido que antecipa que as classes de maior risco apresentem os melhores desempenhos.

Andrade diz ao JE as perspetivas para ações "mantêm-se positivas", considera que as matérias-primas já "estão pouco atrativas" e que, no cambial, "as moedas de refúgio deverão mostrar-se pressionadas num ambiente de procura por risco".

Variantes e taxas de juro

Claro que há riscos e os analistas do Milleniumbcp indicam como grandes fatores desse mesmo risco o surgimento de uma nova vaga pandémica, suportada por uma nova variante, e uma subida mais acentuada do que o previsto das taxas de juro, algo que seria estimulado pela subida da inflação.

Num webbinar promovido pela Schroders na semana passada, Keith Wade, economista-chefe da referida gestora, disse não acreditar numa subida da inflação como algo persistente, mas alertou para a pressão da procura sobre a oferta a nível de bens de consumo. Esta procura não foi antecipada pelas empresas e está a provocar subidas de preços das matérias-primas e do produto final. O gestor acredita que o efeito será passageiro e que o mercado irá rapidamente equilibrar-se. ● *Com MR*

TRÊS PERGUNTAS A KEITH WADE Eco

"Pandemia dentro das

A pandemia de Covid-19 criou oportunidades, mas também sublinhou os riscos de desigualdade entre economias desenvolvidas e emergentes.

nomista-chefe da Schroders

aumentou desigualdade economias"

Em entrevista ao Jornal Económico, Keith Wade, economista-chefe da Schroders analisa a evolução dos mercados, que se antevê positiva, mas também os riscos que se colocam.

O que é expectável que aconteça aos mercados num mundo pós-pandemia?
A economia mundial está a emergir do "Grande Bloqueio", mas o progresso é irregular. Os EUA e o Reino Unido parecem estar a liderar o caminho, enquanto a China permanece robusta. A zona do euro está a acompanhar, embora mais lentamente, devido a um início irregular do programa de vacinação. O quadro geral é de mercados desenvolvidos com desempenho superior aos mercados emergentes.
A outra linha de análise aberta pela pandemia foi a desigualdade dentro das economias, que provavelmente aumentou tanto a nível das rendibilidades como de riqueza.
O aumento da tecnologia pode tornar os esforços dos decisores políticos para lidar com a desigualdade mais difícil, à medida que a quarta revolução industrial desloca mais trabalhadores. Portanto, embora o populismo não se tenha levantado e tornado uma verdade acelerada durante a pandemia, é provável que volte a expandir.
As questões ambientais estão cada vez mais em foco, com maiores esforços para enfrentar as mudanças climáticas. Tem sido dada muita atenção à decisão do governo Biden de levar os EUA de volta ao Acordo de Paris e aumentar os gastos com infraestrutura nesta área, mas também vimos a China definir uma meta para ser neutra em carbono, alinhando os dois maiores poluidores do mundo. A transição energética cria oportunidades significativas, mas também ameaça exacerbar as desigualdades entre os mercados desenvolvidos e emergentes.
As finanças dos governos deterioraram-se significativamente durante a pandemia, levantando questões sobre a sustentabilidade da dívida. No entanto, houve uma mudança no pensamento sobre a política fiscal, com os governos que têm relutância em voltar à austeridade e apertar o setor público. A recuperação económica ajudará, mas dado a despesa acelerada com os gastos na saúde e as mudanças climáticas no futuro, a pressão sobre as finanças dos governos irá permanecer. Tributações mais elevadas parecem inevitáveis e os governos ocidentais estão a centrar esforços no setor corporativo.

KEITH WADE
Economista-chefe da Schroders

Quais são as estratégias para fundos que apostam na dívida corporativa e na dívida pública?
Dentro do universo de títulos soberanos, permanecemos negativos nos principais mercados desenvolvidos, mas neutros na dívida EM (EMD) denominada em moeda local. Em comparação, ainda somos positivos na EMD denominada em dólares, mas permanecemos altamente seletivos no espaço de moeda forte.
No crédito corporativo, tornámo-nos mais construtivos em termos de alto rendimento (HY), mas passámos a negativos em títulos de investment grade. As avaliações têm-se tornado cada vez mais caras nos mercados desenvolvidos, enquanto as perspetivas para os fatores técnicos parecem menos favoráveis no futuro. No universo IG, somos neutros na Europa, mas negativos nos EUA. Na Europa, os aspetos técnicos e os fundamentais são mais favoráveis em comparação com o mercado dos EUA.

Perspetiva tem para alterações na política monetária do BCE?
Prevemos que o BCE mantenha as taxas de juros estáveis durante este e no próximo ano. Está previsto a interrupção de compra de ativos ao abrigo do programa PEPP no início do próximo ano. ●

PUB

FUNDOS MOBILIÁRIOS

Valor sob gestão cresce 26% desde o início da pandemia

Os fundos de investimento têm maior valor sob gestão, fizeram crescer as aplicações em ações, mas reduziram a exposição às cotadas na bolsa portuguesa. Na lista das preferidas, o grupo EDP deixou de ter a primazia e a Sonae passou a ser líder.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

Unsplash

O valor que os fundos de investimento portugueses têm aplicado em ações de empresas cotadas na bolsa de Lisboa caiu 39,2% desde o início da pandemia de Covid-19, para 75,6 milhões de euros, de acordo com os últimos indicadores mensais compilados pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), relativos a maio. Esta evolução do investimento em títulos de empresas cotadas na bolsa portuguesa refletida nos 14 meses que medeiam entre fevereiro de 2020, o último registo pré-pandemia, e maio de 2021, é inversa ao comportamento dos valores sob gestão nos fundos e, também, da parcela que os gestores aplicaram em ações.

O valor sob gestão pelos fundos de investimento mobiliário cresceu 26,2%, desde o início da pandemia, para 16,74 mil milhões de euros, e o total do investimento em ações cresceu robustos 44,3%, para 2,43 mil milhões de euros. Se olharmos para o progresso apenas no ano terminado em maio, o ritmo é ainda mais intenso, de 36,2% relativamente aos valores sob gestão e de 50,1% para os fundos aplicados em ações. Nos dois períodos assistimos, então, ao crescimento do peso dos investimentos em ações no quadro geral dos investimentos feitos pelos fundos, até aos 14,6%, mas trata-se de aplicações feitas fora de portas, que, por junto, o peso do investimento na bolsa portuguesa, no conjunto dos investimentos em bolsa, tem caído paulatinamente, passando de 7,38% em fevereiro de 2020, para 6,32% em maio de 2020, perdendo ainda mais 0,52 pontos percentuais até dezembro do ano passo e chegando a maio deste ano representando apenas 3,1% do total, com 75,6 milhões de euros aplicados.

Menos EDP

Nas escolhas feitas pelos gestores dos fundos de investimento mobiliário nota-se que os títulos das empresas do grupo EDP cotadas em bolsa perderam a preferência, durante os 14 meses do período em análise, principalmente no lapso de tempo entre o último mês de 2020 e maio deste ano.

No último mês antes de se registarem os primeiros casos de Covid-19 em Portugal, a EDP – Energias de Portugal era a ação preferida, com 11,1 milhões de euros aplicados, representando 8,9% do total investido pelos fundos em ações nacionais. Acrescentem-se os 7,7 milhões de euros contabilizados em títulos da EDP Renováveis, a sétima ação com maior investimento, e tínhamos um total 18,8 milhões de euros, que compara mal com os 44,8 milhões de euros investidos, na mesma altura, no grupo de luxo LVMH, a ação preferida na União Europeia (UE), ou os 51,9 milhões de euros aplicados na norte-americana Microsoft, o título preferido extra-UE. Ainda assim, os títulos das duas empresas do grupo liderado, na altura, por António Mexia, tinham um peso de 15,1% no total das aplicações feitas pelos fundos na bolsa portuguesa, ligeiramente abaixo do peso de cerca de 17,5% que tinham no principal índice da Euronext Lisboa, o PSI 20.

O valor sob gestão pelos fundos de investimento mobiliário cresceu 26,2%, desde o início da pandemia, para 16,74 mil milhões de euros, e o total do investimento em ações cresceu robustos 44,3%

Volvidos 14 meses, o panorama alterou-se e a ação preferida dos gestores é a Sonae, ainda que o reforço registado em valor seja de apenas 200 mil euros, para 7,7 milhões de euros. Só que, tendo em conta o desinvestimento em ações da bolsa portuguesa, esse valor representa 10,2% do total investido. Já no que se refere ao grupo EDP, a Renováveis passou a ser mais importante, surgindo logo a seguir à Sonae, com 6,6 milhões de euros, e a casa-mãe EDP aparece em quarto, atrás também da Jerónimo Martins, com 6,5 milhões de euros. O valor investido no grupo EDP caiu 5,7 milhões, mas o peso até aumentou, para 17,3%, dado o tal desinvestimento no mercado nacional.

Mais internacional

Fora de Portugal, na UE, a preferências dos gestores continuou a ser a LVMH, em maio, face a fevereiro de 2020, a espanhola Inditex era a segunda e passou para a terceira posição, enquanto a L'Oreal, que era terceira deixou o pódio, substituída pela germânica Siemens. Como termo de comparação, o investimento nos três títulos preferidos nos mercados do "Velho Continente" mais do que triplicava o total investido, há dois meses, no total do mercado nacional.

Fora da UE, a preferência continuou a ser a tecnologia, mas mudaram os atores: a Microsoft era a primeira, em fevereiro do ano passado, seguida pela Visa e pela Apple, quando este ano surge na primeira posição a Alphabet, dona da Google, seguida pela Exxon Mobil e pela empresa fundada por Bill Gates, que desce para a terceira posição, ainda que com mais dinheiro aplicado, 74,3 milhões de euros, mais 22,4 milhões de euros do que antes.

Nestes 14 meses, em que os mercados acionistas viveram um rápido crash, mas recuperaram para índices em máximos, o valor aplicado pelos fundos de investimento mobiliário em ações de mercados estrangeiros aumentou 44,3%, para 2,43 mil milhões de euros.

10 AÇÕES DO PSI 20 COM MAIOR INVESTIMENTO DE FUNDOS NACIONAIS

Ação	Valor (milhões €)	% do total
SONAE SGPS	7,7	10,2%
EDP Renovaveis	6,6	8,7%
Jerónimo Martins	6,5	8,7%
EDP	6,5	8,6%
BCP	6,3	8,3%
Navigator Company	5,8	7,7%
ALTRI SGPS	5,8	7,7%
REN	5,3	7,0%
NOS	4,5	6,0%
GALP ENERGIA	4,3	5,7%

PUB

O LUCRO CONTA APENAS METADE DA HISTÓRIA.

Chegou a altura de ouvir o resto. Visite www.schroders.pt/para-alem-do-lucro

Capital em risco.

Publicado pela Schroder Investment Management (Europe), S.A., autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a operar em Portugal em regime de livre prestação de serviços, e com uma sucursal em Espanha, autorizada e registada na Comissão Nacional do Mercado de Valores Mobiliários (CNMV) com o número 20

FUNDOS ESG

Mercado cresce devagar, atrás da tendência global

O futuro do investimento passará muito pela sustentabilidade ambiental e social e pelos critérios de governança corporativa, mas o mercado em Portugal cresce devagar sem acompanhar o fulgor que se vê nos mercados internacionais.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

Lucas Jackson/Reuters

Os investimentos com critérios ambientais, sociais e de governanças corporativa (ESG, na sigla em inglês) têm conhecido uma importância acrescida com a crise pandémica e com determinações dos decisores políticos e, também, dos atores privados, mas em Portugal ainda têm uma vida limitada.

No final de 2019, na vèspera da eclosão da pandemia de Covid-19, estavam registados e eram comercializados em Portugal cinco fundos ESG: IMGA Iberia Fixed Income ESG, IMGA Iberia Equities ESG, Caixa Ações Europa Socialmente Responsável, Caixa Investimento Socialmente Responsável e o Santander Sustentável. "Em conjunto, administravam 272 milhões de euros subscritos por 18.309 participantes, maioritariamente pessoas singulares (99,2%)", segundo o relatório sobre os mercados de valores mobiliários produzido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), publicado em meados de julho do ano passado. Um ano depois, quando se prepara a divulgação do relatório relativo a 2020, a situação pouco terá mudado. Segundo dados revelados pela presidente a CMVM, Gabriela Figueiredo Dias, no ESG Portugal Forum 2021, no final de junho, terminado o ano de 2020, existiam os mesmos cinco fundos ESG em Portugal, o valor sob gestão terá subido 11,4%, a um ritmo 4,6 pontos percentuais mais lento do que o da evolução do valor total de ativos sob gestão de fundos de investimento portugueses, para 303 milhões de euros, enquanto o número de participantes terá aumentado cerca de 12%, para cerca de 20.500.

"Não é de hoje o menor dinamismo do sector financeiro português", explica ao Jornal Económico (JE) Filipe Garcia, economista da IMF - Informação de Mercados Financeiros. "O mercado de fundos tem de ser visto a nível europeu, senão mesmo a nível global e não apenas a nível nacional. Atualmente, qualquer investidor de média dimensão tem acesso aos fundos de gestoras internacionais, que, neste segmento, têm aumentado a oferta. As gestoras nacionais saberão melhor do que eu o que fazer, mas penso que deverão atrair o interesse dos investidores nacionais para este segmento, sobretudo no mass market", aponta.

A Bloomberg Intelligence estima que os fundos ESG possam chegar aos 53 biliões de dólares (cerca de 44,7 biliões de euros), já em 2025, a nível global

Uma das causas apontada para uma menor expressão de fundos ESG em Portugal é, ainda, alguma incerteza relacionada com a regulação. Já temos o regulamento de divulgação de informações, que torna mais claros os deveres e responsabilidades dos participantes nos mercados financeiros, mas falta ainda o regulamento sobre taxonomia e a clarificação de regras.

Para Filipe Garcia, esta situação não deveria impedir a dinâmica do mercado. "A regulamentação condiciona o mercado, mas isso afeta todos e não tem impedido a criação de oferta noutras geografias", diz. "E é normal que numa fase emergente destes temas haja dificuldades de adaptação e construção de equipas com competências. Se os institucionais portugueses pretenderem estar nestes segmentos – e a minha convicção é que terão mesmo de estar – devem continuar a reforçar as competências e certificação das suas equipas de gestão", acrescenta.

Mercado global em franco em crescimento

A perceção é de que o futuro passará, obrigatoriamente, pelos produtos que garantam investimentos com critérios ambientais, sociais e de governanças corporativa. Nos Estados Unidos, no ano passado, os fundos ESG captaram cerca de 51 mil milhões de dólares (cerca de 43,2 mil milhões de euros) de investimento, o que constitui o quinto ano consecutivo de máximos; face a 2019, estamos a olhar para mais do que uma duplicação. A nível global, segundo a Morningstar, os ativos sob gestão de fundos ESG aumentaram 29% no último trimestre do ano passado, para 1,7 biliões de dólares (cerca de 1,4 biliões de euros) e a Bloomberg Intelligence estima que possam chegar aos 53 biliões de dólares (cerca de 44,7 biliões de euros) já em 2025, representando um terço de todos os ativos sob gestão de fundos. Na Zona Euro, o investimento em obrigações verdes foi de 197 mil milhões de euros em 2020 e a Comissão Europeia prevê investimentos de cerca de 170 a 290 mil milhões euros por ano para atingir emissões líquidas nulas na economia.

"A agenda das finanças sustentáveis vinha a ganhar peso mesmo antes da pandemia. E esta é mais uma razão pela qual o debate de hoje é fundamental: é imperativo que Portugal não fique para trás", afirmou Gabriela Figueiredo Dias. Além dos dados sobre fundos ESG, a presidente da CMVM apontou, também, que oito empresas portuguesas já recorreram a "dívida verde" para se financiar em 6,5 mil milhões de euros e, ainda, que o Plano de Recuperação e Resiliência português estabelece que cerca de 37% dos gastos têm de contribuir positivamente para os objetivos climáticos, o que marcará a tendência de evolução.

"Existem dois planos segundo os quais podemos analisar esta tendência no setor financeiro em Portugal. Por um lado, a incorporação da sustentabilidade na própria estratégia da instituição financeira e nos seus objetivos corporativos, por outro a integração de critérios ESG nos produtos e serviços que oferece ou disponibiliza aos seus clientes", refere ao JE Patrícia Antunes, Diretora de Sustentabilidade e Responsabilidade Corporativa da Accenture Portugal. Acrescenta que as instituições têm mostrado "um compromisso cada vez mais profundo com a sustentabilidade".

Filipe Garcia considera "provável" que mais empresas venham a recorrer à emissão de "dívida verde", pelo menos, "enquanto houver incentivos (taxas de juro mais baixas, por exemplo) para o fazerem".

"As grandes empresas já mostraram que estão preparadas e estão a abrir caminho para que mais empresas e de menor dimensão o possam fazer", acrescenta.

ACERCA DA COLUMBIA THREADNEEDLE INVESTMENTS

Informações importantes: Datos a 31 de maio 2021. Para uso interno de profissionais de investimento (que não deve ser entregue a terceiros). O desempenho passado não é indicativo de resultados futuros. O valor dos investimentos e o rendimento não é garantido e pode tanto aumentar como diminuir; este valor pode ser afetado por flutuações nas taxas de câmbio. Isso significa que um investidor poderá não recuperar o montante investido. Os dados de desempenho não têm em consideração as comissões e custos incorridos na emissão e resgate de unidades. O valor de investimentos e de qualquer rendimento não é garantido e pode diminuir bem como aumentar e poderá ser afetado por flutuações da taxa de câmbio. Tal significa que um investidor poderá não recuperar o montante investido. Os retornos do índice presumem o reinvestimento de dividendos e de mais-valias e, ao contrário dos retornos do fundo, não refletem comissões ou despesas. O índice não é gerido e não pode ser diretamente investido. Todo o retorno presume o reinvestimento de rendimento no caso de um contribuinte fiscal local, desempenho do preço de resgate (o que significa que o desempenho não inclui o efeito de quaisquer encargos iniciais). A análise contida neste documento foi preparada pela Columbia Threadneedle Investments por suas próprias atividades de gestão de investimentos, pode ter servido como base para a tomada de decisão antes da publicação e disponibilidade é acessório. Todas as opiniões expressas são feitas no momento da publicação, mas estão sujeitas a alterações sem aviso prévio. externas é estimada confiável, mas sua exatidão ou integridade não pode ser garantida. A referência a acções ou obrigações específicas não deve ser interpretada como uma recomendação para negociação. Postado por Threadneedle Asset Management Limited ("TAML"). Empresa registrada na Inglaterra e País de Gales No. 573204. Sede: Cannon Place, 78 Cannon Street, Londres EC4N 6AG. Autorizada e regulada no Reino Unido pela Autoridade de Conduta Financeira (FCA). Threadneedle Investments Columbia (Columbia Threadneedle) é a marca global do grupo de empresas Columbia e Threadneedle. columbiathreadneedle.com

EQUIPA

RUBEN GARCÍA PÁEZ
Head of Iberia & Latam

Ruben García Páez
Head of Iberia & Latam Distribution
Carlos Moreno
Sales Director Iberia
Gabriel Simón
Sales Director Iberia
Bárbara Echazarra Cubillo
Sales Manager
Greta Galdós Serrano
Client Services Associate
Marisol Vallejo Sanz
Client Services Associate
Natalia García Martín-Andino
Marketing Manager
Elena Carranza
Marketing Manager

MORADA
Calle Las Rosas de Aravaca, 31 - 28023 Madrid, Spain

E-MAIL
spain.support@columbiathreadneedle.com
Telefone: +34 91 1873100

Para obter mais informações, visite **columbiathreadneedle.pt**

UK EQUITIES (GBP)

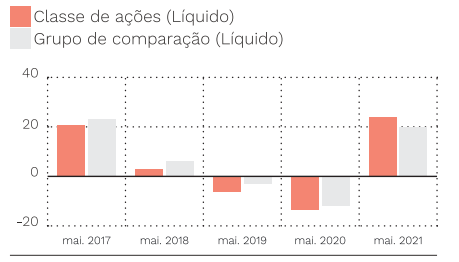
CHRIS KINDER
Fund Manager of the Threadneedle (Lux) UK Equities Fund.

GESTOR DO FUNDO (desde setembro de 2014)
Chris Kinder

PRINCIPAIS FACTOS
Data de criação do fundo
06 de dezembro de 2011
Índice de referência
FTSE All-Share
Grupo de comparação
Morningstar Category UK Large-Cap Equity
Dimensão do fundo (em 31.05.2021)
331,2 mil milhões
Todas as informações expressas em GBP

PORQUÊ INVESTIR?
- O valor dos investimentos pode diminuir ou aumentar e os investidores poderão não recuperar o montante inicialmente investido.
- Quando os investimentos são realizados em ativos referenciados em divisas múltiplas ou divisas que não a sua, as alterações ao nível de taxas de câmbio podem afetar o valor dos investimentos.
- O Fundo pode investir em derivados com o objetivo de reduzir o risco ou minimizar o custo das transações. Tais transações de derivados poderão beneficiar ou afetar negativamente o desempenho do Fundo. O Gestor não tenciona que tal utilização de derivados afete o perfil de risco geral do Fundo.

UK EQUITIES (GBP)



Fonte: Columbia Threadneedle Investments

DESEMPENHO (12M) (EUR)

	06-20 - 05-21	06-19 - 05-20	06-18 - 05-19	06-17 - 05-18	06-16 - 05-17
Classe de ações (Líquido)	23,9	-13,4	-6,2	2,9	20,7
Grupo de comparação (Líquido)	19,9	-12,1	-3,2	6,2	23,0
Classificação	14/56	44/57	45/54	47/52	31/48
Percentil	24%	77%	84%	91%	64%
Quartil	1	4	4	4	3
Índice (Bruto)	23,1	-11,2	-3,2	6,5	24,5

AMERICAN SMALLER COMPANIES - AU USD

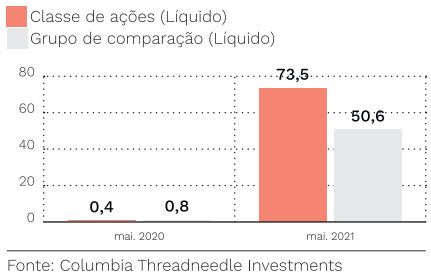
NICOLAS JANVIER
Head of US Equities, EMEA and Fund Manager of the Threadneedle (Lux) American Smaller Companies Fund

GESTOR DO FUNDO (desde abril de 2018)
Nicolas Janvier

PRINCIPAIS FACTOS
Data de criação do fundo
23 de outubro de 2018
Índice de referência
Russell 2500
Grupo de comparação
Morningstar Category US Mid- Cap Equity
Dimensão do fundo (em 31.05.2021)
345,9 mil milhões de dólares
Todas as informações expressas em USD

PORQUÊ INVESTIR?
- O valor dos investimentos pode diminuir ou aumentar e os investidores poderão não recuperar o montante inicialmente investido.
- Quando os investimentos são realizados em ativos referenciados em divisas múltiplas ou divisas que não a sua, as alterações ao nível de taxas de câmbio podem afetar o valor dos investimentos.
- O Fundo detém ativos que podem revelar-se difíceis de vender. O Fundo pode exigir uma descida do preço de venda, a venda de outros investimentos ou abdicar de oportunidades de investimento mais atrativas.
- O Fundo pode investir em derivados com o objetivo de reduzir o risco ou minimizar o custo das transações. Tais transações de derivados poderão beneficiar ou afetar negativamente o desempenho do Fundo. O Gestor não tenciona que tal utilização de derivados afete o perfil de risco geral do Fundo.

AMERICAN SMALLER COMPANIES (USD)



Fonte: Columbia Threadneedle Investments

DESEMPENHO (12M) (USD)

	06-20 - 05-21	06-19 - 05-20	06-18 - 05-19	06-17 - 05-18	06-16 - 05-17
Classe de ações (Líquido)	73,5	0,4	--	--	--
Grupo de comparação (Líquido)	50,6	0,8	--	--	--
Classificação	2/29	14/26	--	--	--
Percentil	4%	53%	--	--	--
Quartil	1	3	--	--	--
Índice (Bruto)	60,5	-0,8	--	--	--

GLOBAL FOCUS - AU EUR

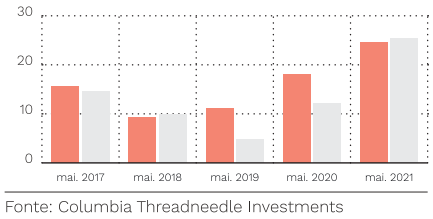
DAVID DUDDING
Fund Manager of the Threadneedle (Lux) Global Focus Fund

GESTOR DO FUNDO (desde abril de 2013)
David Dudding

PRINCIPAIS FACTOS
Data de criação do fundo
13 de abril de 1993
Índice de referência
MSCI ACWI
Grupo de comparação
Morningstar Category Global Large-Cap Growth Eq
Dimensão do fundo (em 31.05.2021)
1.509,3 mil milhões de euros
Todas as informações expressas em EUR

PORQUÊ INVESTIR?
- O valor dos investimentos pode diminuir ou aumentar e os investidores poderão não recuperar o montante inicialmente investido.
- Quando os investimentos são realizados em ativos referenciados em divisas múltiplas ou divisas que não a sua, as alterações ao nível de taxas de câmbio podem afetar o valor dos investimentos.
- O Fundo tem uma carteira concentrada (detém um número limitado de investimentos e/ou um número universo restrito de investimentos) e, se um ou mais destes investimentos declinar ou for afetado de outro modo, poderá ter um impacto pronunciado sobre o valor do Fundo.
- O Fundo pode investir em derivados com o objetivo de reduzir o risco ou minimizar o custo das transações. Tais transações de derivados poderão beneficiar ou afetar negativamente o desempenho do Fundo. O Gestor não tenciona que tal utilização de derivados afete o perfil de risco geral do Fundo.

GLOBAL FOCUS (EUR)



Fonte: Columbia Threadneedle Investments

DESEMPENHO (12M) (EUR)

	06-20 - 05-21	06-19 - 05-20	06-18 - 05-19	06-17 - 05-18	06-16 - 05-17
Classe de ações (Líquido)	24,6	18,1	11,2	9,3	15,7
Grupo de comparação (Líquido)	25,3	12,2	4,8	9,9	14,5
Classificação	130/237	55/232	23/197	98/179	56/159
Percentil	55%	24%	12%	55%	35%
Quartil	3	1	1	3	2
Índice (Bruto)	29,6	6,2	4,0	8,3	17,0

Informações importantes: para uso interno de profissionais de investimento (que não deve ser entregue a terceiros). O desempenho passado não é indicativo de resultados futuros. O valor dos investimentos e o rendimento não é garantido e pode tanto aumentar como diminuir; este valor pode ser afetado por flutuações nas taxas de câmbio. Isso significa que um investidor poderá não recuperar o montante investido. A análise contida neste documento foi preparada pela Columbia Threadneedle Investments por suas próprias atividades de gestão de investimentos, pode ter servido como base para a tomada de decisão antes da publicação e disponibilidade é acessório. Todas as opiniões expressas são feitas no momento da publicação, mas estão sujeitas a alterações sem aviso prévio. As informações obtidas de fontes externas é estimada confiável, mas sua exatidão ou integridade não pode ser garantida. A referência a acções ou obrigações específicas não deve ser interpretada como uma recomendação para negociação. Postado por Threadneedle Asset Management Limited ("TAML"). Empresa registrada na Inglaterra e País de Gales No. 573204. Sede: Canhão Place, 78 Cannon Street, Londres EC4N 6AG. Autorizada e regulada no Reino Unido pela Autoridade de Conduta Financeira (FCA). Threadneedle Investments Columbia (Columbia Threadneedle) é a marca global do grupo de empresas Columbia e Threadneedle. columbiathreadneedle.com

ENTREVISTA JOÃO PRATAS Presidente da APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios

“Faltam políticas públicas que alertem e incentivem os portugueses para pouparem mais”

O mercado português de fundos de investimento está bem e recomenda-se, mas as poupanças que os portugueses fazem para a reforma preocupam. Uma solução pode passar por incentivos fiscais.

VÍTOR NORINHA
vnorinha@jornaleconomico.pt

Os fundos de investimento tiveram um bom ano de 2020, apesar da crise pandémica, e têm continuado a crescer durante este ano. Nesta entrevista ao Jornal Económico, a preocupação do presidente da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP), João Pratas, não é com o momento atual, mas com o futuro, com a poupança e com o risco do impacto que pode ter no sistema de pensões. Aponta que faltam medidas que possibilitem a reposição dos montantes retirados dos planos de poupança reforma (PPR) durante o período crítico da pandemia. Defende a necessidade de benefícios fiscais e de políticas públicas que incentivem os portugueses a pouparem, por forma a terem um rendimento adequado no futuro, assim como um combate à iliteracia financeira. Alerta que, se nada for feito, dentro de 20 anos veremos o rendimento cortado pela metade, como refere o Ageing Report da Comissão Europeia.

Qual o volume total atual sob gestão dos fundos de investimento mobiliário (FIM), fundos de investimento imobiliário (FII) e fundos de pensões no mercado português?
Em 31 de maio deste ano, os fundos de investimento mobiliários tinham ativos no montante de 16.740,8 milhões de euros, uma subida de 14,1% desde o final de 2020. Na mesma data, os fundos de investimento imobiliário tinham ativos no montante de 10.706 milhões de euros, uma redução de 1,2% desde dezembro do ano passado.
Os últimos dados conhecidos sobre a totalidade do mercado nacional de fundos de pensões são referentes a março deste ano e revelam um total de ativos sob gestão de 23.359,1 milhões de euros, o que representa um aumento de 1,4% desde o início do ano.

O que justifica esta subida do volume de investimento entre 2019 e 2020? Está diretamente relacionada com os efeitos da pandemia e do confinamento?
O ano passado foi, de facto, bastante positivo para o mercado nacional de gestão de fundos de investimento e de fundos de pensões. Os FIM tiveram um crescimento de quase 13% (mais 1.671 milhões de euros), reflexo, sobretudo, de subscrições líquidas anuais de quase 1.500 milhões de euros. Os FII registaram um desempenho mais modesto, com uma subida de 3,1% nos ativos sob gestão (322,7 milhões de euros), que se deveu, por um lado, a novas subscrições em fundos abertos, que se repercutiram num aumento anual de 7,1%, ou 276,5 milhões de euros, e, por outro, a um elevado número de sociedades imobiliárias convertidas em SICAFI [sociedades de investimento imobiliário de capital fixo]. [Trata-se de] 10 sociedades, que no final do ano detinham um volume de ativos sob gestão total de 327,7 milhões de euros. Já os fundos de pensões cresceram 5,6%, no ano passado, ou 1.216,2 milhões de euros.
Creio serem vários os motivos que explicam este desempenho. A pandemia e o confinamento, seguramente, tiveram um papel importante, já que houve menos oportunidades ou necessidades de consumo, por parte das famílias. Dados recentes do INE [Instituto Nacional de Estatística] revelam que a taxa de poupança das famílias está em máximos desde o início do milénio e, com certeza, que a conjuntura pandémica influenciou este comportamento.
Um outro fator é a manutenção das taxas de juro em níveis próximos de zero, que faz com que a remuneração dos depósitos bancários, o instrumento financeiro que mais peso tem na riqueza financeira das famílias portuguesas, seja praticamente inexistente. Perante esta realidade, os portugueses decidiram procurar novas formas de aplicar as suas poupanças e os fundos de investimento têm sido beneficiados. A recuperação dos mercados financeiros após a queda de fevereiro e março do ano passado, também ajudou a atrair maior fluxo de investimento.

> “É urgente implementar medidas que aumentem a literacia financeira dos portugueses, pois só cidadãos informados estarão capacitados para tomar as melhores decisões de poupança e investimento

O que tem sido feito para dinamizar a poupança das gerações mais jovens?
Muito pouco, infelizmente. Em termos nacionais, não se vislumbra qualquer incentivo à poupança. Ao nível da poupança de longo prazo, e concretamente para a reforma, o que vimos foram, na realidade, medidas que facilitam, ainda mais, o acesso à poupança afeta a PPR [planos de poupança reforma]. É certo que as circunstâncias adversas assim o justificam, e a APFIPP suportou esta medida, mas, depois, ficam a faltar os incentivos que possibilitem a reposição desses montantes. O recente Ageing Report da Comissão Europeia antecipa uma rápida diminuição da taxa de substituição de salário por pensão pública, estimando que, dentro de 20 anos, os portugueses vejam o seu rendimento cortado para cerca de metade ou menos, quando se reformam. Fazem, por isso, falta políticas públicas que alertem e incentivem os portugueses para a necessidade imperiosa de pouparem mais se quiserem ter um rendimento adequado quando se reformarem, devendo essa poupança começar o quanto antes. É, também, urgente implementar medidas que aumentem a literacia financeira dos portugueses, pois só cidadãos informados estarão capacitados para tomar as melhores decisões em matéria de poupança e de investimentos. O Plano Nacional de Formação Financeira tem vindo a desempenhar o seu papel, com a dinamização de eventos e a criação de conteúdos para facilitar a assimilação dos conceitos fundamentais pelos diversos estratos da população, desde logo os mais jovens, com os Cadernos de Educação Financeira, nos quais as associações do sector financeiro têm colaborado, mas há ainda um longo caminho a percorrer.

Quais as ofertas de fundos que estão mais afetadas pela persistência de taxas de juro a níveis historicamente baixos?
Os dados recentes mostram que fundos com um nível de risco baixo a moderado, com um investimento maioritário em instrumentos de dívida, mas também com alguma exposição acionista (os fundos multi-activos), são os que mais têm crescido. Os aforradores procuram neste tipo de fundos – e também nos fundos imobiliários –, rendibilidades superiores às que obtêm com os depósitos, aceitando, para o efeito, um nível de risco superior. Na conjuntura em apreço, os fundos mais afetados são os que investem em ativos com menor duração e maior liquidez, como os fundos do mercado monetário, ou mesmo os fundos de curto prazo, na medida em que as taxas de juro, por vezes negativas, de alguns instrumentos de dívida, dificultam a obtenção de um retorno positivo para os seus investidores.

Que apoios defende a APFIPP para incentivar a poupança de longo prazo a nível de benefícios fiscais? Como contrariar o consumo, perante persistentes remunerações zero dos depósitos bancários convencionais?
Em primeiro lugar, a APFIPP defende que se deveria privilegiar a poupança de longo prazo, nomeadamente a que tem por objetivo financiar a reforma, sobretudo pelos motivos apontados no Ageing Report. Uma boa oportunidade para o fazer reside no futuro produto europeu de poupança individual para a reforma, o PEPP. Trata-se de um produto equiparável aos nossos PPR, mas que só poderá ser movimentado na reforma, como sucede com os fundos de pensões abertos ou com os certificados de

Cristina Bernardo

reforma do Estado. A APFIPP defende que sejam instituídos incentivos fiscais às contribuições neste produto. Não se antevê outra forma dos portugueses aderirem massivamente a um produto com uma liquidez tão limitada sem ser através da concessão de um forte incentivo fiscal. Esta fórmula, cujo sucesso ficou comprovado quando do lançamento dos PPR, não só concorre para a criação de hábitos de poupança como, através da poupança acumulada, evitará, por essa via, que o Estado venha a ter de colmatar futuros problemas de falta de recursos financeiros, na população que vier a sofrer a redução da taxa de substituição anunciada pelo Ageing Report. Considera-se, igualmente, que deve ser concedido aos fundos de investimento um regime de tributação regressivo de acordo com o prazo de investimento, semelhante ao que existe para os seguros ou mesmo para os depósitos, o que criaria incentivos para uma poupança de mais longo prazo, permitindo, assim, aplicações em ativos com maior duração e menor liquidez, capazes de fomentar o crescimento económico e o emprego, conforme preconizado na União dos Mercados de Capitais (CMU, na sigla em inglês).

Os investimentos "green", ambientalmente e socialmente sustentáveis, fazem parte do ADN dos gestores de fundos nacionais?
Atualmente, e a partir do momento em que entrou em vigor legislação europeia que estabelece regras específicas nesta matéria, a única resposta que se pode dar à questão é que os investimentos "green" e sustentáveis terão mesmo que fazer parte do nosso ADN. O tema da sustentabilidade irá por isso, ser cada vez mais, um fator significativo nos investimentos, sendo certo que os gestores irão incluir estes fatores ESG [Environmental, Social, and Governance] nas suas decisões e estratégias de investimento. Existem já, também, diversas gestoras de ativos e de fundos de pensões signatárias de convenções internacionais ligadas ao investimento responsável e sustentável, como os PRI [Princípios para o Investimento Responsável] das Nações Unidas. Existem já, igualmente, diversos produtos com estas características, oferecidos por gestores nacionais, e estamos convictos que mais surgirão no futuro, não só por razões regulatórias, mas porque os investidores estarão, cada vez mais, alerta para estes critérios e sensibilizados para a sua importância, exigindo que os mesmos sejam tido em consideração nos seus investimentos.

> Não se antevê outra forma dos portugueses aderirem massivamente a um produto com uma liquidez tão limitada sem ser através da concessão de um forte incentivo fiscal

Justifica-se a manutenção de uma janela curta para o resgate das unidades de participação nos fundos imobiliários?
O investimento em FII não pode ser efetuado da mesma forma do que num FIM. O facto de a carteira ser composta por imóveis, todos diferentes entre si e sem um mercado líquido em que possam ser transacionados a todo o tempo, é o fundamento que justifica que o resgate só seja efetuado em janelas cuja periodicidade pode variar entre os dois meses (apenas para pequenos investidores) e os 12 meses. Sem essa característica, o risco de liquidez, ou seja, dos FII poderem não ser capazes de fazer face aos resgates, seria bastante elevado. O enquadramento jurídico e regulatório em vigor pretende acautelar este equilíbrio entre a possibilidade de os investidores poderem resgatar as suas participações em fundos imobiliários abertos e a liquidez do mercado imobiliário.

Na sua opinião, os fundos domiciliados em Portugal são prejudicados relativamente a domiciliados fora do território nacional?
Atualmente, há um maior equilíbrio, tanto do ponto de vista fiscal como regulatório. Nos últimos anos, tem havido um enorme esforço das autoridades nacionais – Governo e CMVM [Comissão do Mercado de Valores Mobiliários] – no sentido de reduzir ou mesmo eliminar as especificidades nacionais, fiscais e regulatórias, que, no passado, prejudicavam os fundos nacionais.

Asset Management

O Grupo OFI está comprometido com o financiamento responsável há mais de 25 anos, sendo uma referência na gestão de ativos e uma das gestoras francesas líder em ISR. Criado em 1971, o Grupo OFI tem 70 mil milhões € de activos sob gestão (31/03/2021), entre activos cotados e não cotados, que gere para clientes institucionais e privados, tanto em França como internacionalmente.
O Grupo OFI tem as suas raízes e um longo historial na economia social e solidária. Os seus principais acionistas são a Macif e a Matmut.
Num ambiente em constante evolução, a proximidade com os nossos clientes é essencial. Propomos uma oferta completa de competências em gestão coletiva e em gestão sob mandato, tanto sobre ativos cotados como não cotados, em gestão direta ou em multigestão, que permitam responder às necessidades de uma clientela diversificada entre instituições, distribuidores e particulares.
A evolução das exigências regulamentares, nomeadamente a lei francesa de transição energética, que geraram necessidades crescentes de serviços e soluções financeiras à medida, e às quais a OFI Gestão de Ativos tem de corresponder.
A complementaridade das competências do Grupo OFI, bem como o conhecimento do ambiente regulamentar, permitem-nos, há mais de 50 anos, acompanhar os investidores nas suas estratégias de investimento e construir com eles uma parceria de confiança e de longo prazo.

EQUIPA

Christophe Mallet
Diretor de Desenvolvimento Internacional

Nicolas Aubagnac
Vice Diretor de Desenvolvimento Internacional

Béryl Bouvier Di Nota
Gestora do OFI RS Act4 Positive Economy

Arnaud Bauduin
Gestor do OFI RS Equity Climate Change

CONTACTOS
OFI ASSET MANAGEMENT
MORADA
22, Rue Vernier 75017 Paris França
E-MAIL
CMALLET@ofi-am.fr
NAUBAGNAC@ofi-am.fr
Telefone: +33 1 40 68 17 17
Site: https://www.ofi-am.fr/en

As informações contidas neste artigo não têm valor contratual. Apenas o prospecto completo do OIC e suas últimas demonstrações financeiras são vinculativos. O desempenho passado não é garantia de resultados futuros e não é constante ao longo do tempo. As performances indicadas incluem todos os custos, exceto taxas de assinatura e resgate. Investir no OIC apresenta riscos associados à variação no valor das ações ou ações do IOC devido às flutuações do mercado, os investimentos feitos podem variar para cima ou para baixo e os assinantes do OIC podem, portanto, perder todo ou parte do seu capital inicialmente investido. Este documento não é de natureza contratual e as informações fornecidas são indicativas. O assinante reconhece ter recebido o prospecto comunicado à Autorité des marchés financiers (AMF) antes do seu investimento. A sociedade gestora não garante que as informações contidas neste documento sejam exatas, completas e atualizadas, apesar dos cuidados tomados na sua preparação. Nenhuma responsabilidade pode ser atribuída por perdas sofridas por assinantes que tomaram sua decisão de investimento apenas com base neste documento. Nenhuma reprodução, parcial ou total, das informações contidas neste documento é autorizada sem o consentimento prévio de seu autor. Para obter mais informações sobre o OIC, o assinante pode entrar em contato com a OFI Asset Management (22, rue Vernier 75017 Paris).
Distribuidor e agente pagador: *BEST - BANCO ELECTRÓNICO DE ATENDIMENTO TOTAL, Praça Marquês de Pombal, 3-3º, 1250-161 Lisboa, Portugal*

PRINCIPAIS FUNDOS REGISTADOS PARA VENDA EM PORTUGAL

	de 31/05/2020 a 31/05/2021		de 31/05/2018 a 31/05/2021	
Fundos registrados para venda	**Moeda**	**Rend. a 12 meses**	**Rend. a 36 meses**	**Risco**
OFI Financial Investment – RS European Convertible Bond IC	EUR	12,35	3,86	4
OFI FUND RS Global Convertible Bond I-EUR-C-H	EUR	22,56	23,60	4
OFI Fund - RS Act4 Positive Economy I-C-EUR	EUR	31,97	29,67	6
OFI RS Equity Climate Change I	EUR	28,87	41,80	6
OFI Financial Investment - Precious Metals I	EUR	26,51	59,75	6

FUNDOS ESTRELA
OFI RS ACT4 POSITIVE ECONOMY

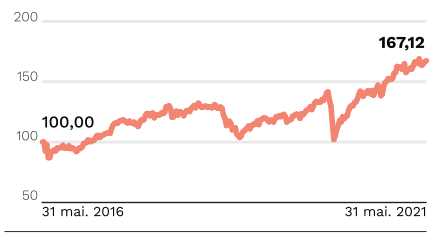
Categoria
Ações

Gestor do Fundo
Béryl Bouvier de Nota

Descrição
OFI RS Act4 Positive Economy tem uma filosofia de investimento claramente inscrito na finança responsável, focado no investimento de impacto e social positivo, e esforça-se para corresponder aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) de 2030 fixados pela ONU em 2015. Participantes na economia positiva assistem a um reforço da sua atividade devido aos compromissos dos governos em empenharem-se num desenvolvimento mais sustentável, regulamentos para orientar a mudança, aspirações dos consumidores cada vez mais responsáveis e um ciclo de inovação muito dinâmico em diversos domínios.

Porquê investir?
- Exposição a ações europeias de todos os tamanhos de capitalização
- Combine a busca por rentabilidade financeira com um investimento necessário
- Visando um duplo objetivo de desempenho e impacto social e ambiental
- Apoiando finanças responsáveis por meio de um fundo rotulado ISR

OFI Fund - RS Act4 Positive Economy I-C-EUR
(base 100)



Fonte: OFI Asset Management

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

TEMA	PESO
Transição de energia	38,70%
Inclusão social	26,00%
Protegendo os recursos naturais	20,00%
Saúde e bem-estar	15,30%

FICHA DO FUNDO

Rentabilidade dos últimos 12 meses 31,97%
Rentabilidade dos últimos 3 anos 29,67%
Rentabilidade dos últimos 5 anos 67,12%
Valor dos ativos sobre gestão 113 856 039,56 €

FUNDOS ESTRELA
OFI RS EQUITY CLIMATE CHANGE

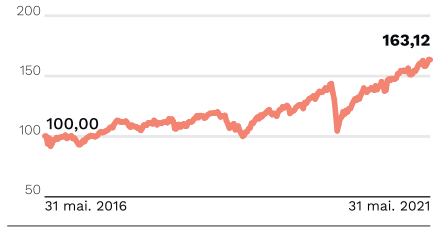
Categoria
Ações

Gestor do Fundo
Arnaud Bauduin

Descrição
OFI RS Equity Climate Change tem por objetivo o investimento sustentável. A carteira é constituída e gerida com base numa análise qualitativa das sociedades com uma posição dominante no seu mercado ou no seu setor, ou de sociedades especializadas líderes num nicho específico, que sigam boas práticas de governação a fim de privilegiar uma seleção "Investimento Socialmente Responsável" (ISR).

Porquê investir?
- Um investimento em empresas europeias em setores intensivos envolvidos na transição energética, bem como aqueles que respondem a questões ambientais
- Uma combinação equilibrada de convicções financeiras e ASG "Ambientais, Sociais e de Governaçao"
- Uma equipe de análise ASG totalmente integrada ao processo de seleção

OFI RS Equity Climate Change I
(base 100)



Fonte: OFI Asset Management

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

SECTOR	PESO
Bens e serviços industriais	18,00%
Tecnologia	15,70%
Saúde	15,00%
Produtos químicos	9,80%
Construção e materiais	8,80%
Produtos e serviços de consumo	6,50%
Serviço comunitário	5,70%
Energia	5,00%
Alimentos, bebidas e tabaco	4,90%
Cuidados pessoais, farmácias e ...	3,40%
Varejo	2,60%
Automóveis e peças	1,70%
Dispo / Liquidez investida	3,00%

FICHA DO FUNDO

Rentabilidade dos últimos 12 meses 28,87%
Rentabilidade dos últimos 3 anos 41,80%
Rentabilidade dos últimos 5 anos 63,12%
Valor dos ativos sobre gestão 330 204 637,33 €

“Os temas ESG têm um papel central na definição de estratégias de investimento”

Christophe Mallet
Diretor
de Desenvolvimento
Internacional

Há 25 anos que a OFI Asset Management centra a sua estratégia na sustentabilidade. Que importância têm os produtos verdes na área dos investimentos?
Fundada em 1971, a OFI AM é uma das mais importantes sociedades gestoras francesas e conta com mais de 25 anos de experiência no campo do investimento socialmente responsável, sendo um dos principais contribuintes neste segmento.
A empresa desenvolveu-se em torno de dois eixos principais: Gestão institucional e SRI.
Na década de 1990, começámos a integrar os critérios ESG à gestão de todas as classes de ativos. Vindo do mundo da economia social, com duas mútuas como principais acionistas, o SRI foi uma evolução natural para a OFI. A nossa abordagem é baseada numa metodologia de análise com duas especificidades: focamo-nos apenas nas questões-chave de cada setor e atribuímos um peso de pelo menos 40% à governança. O objetivo é oferecer uma abordagem SRI pragmática que crie valor para os clientes e para a sociedade. A política de compromissos do Grupo OFI visa a sensibilização das empresas para as boas práticas de responsabilidade, governação e desenvolvimento sustentável, através do diálogo constante com as empresas e do exercício do direito de voto como acionista.
Sob a marca OFI Responsible Solutions (OFI RS), reunimos todas as soluções e serviços de investimento para investidores que buscam uma abordagem concreta para integrar questões de sustentabilidade na sua estratégia de investimento. A gama de fundos é baseada em três abordagens, que podem ser combinadas entre si:
- “Best in class”, estratégia focada na seleção das melhores empresas ESG em cada setor;
- investimentos temáticos, nos quais identificamos empresas envolvidas em temas de promoção do desenvolvimento sustentável;
- investimento de impacto, para investir em emitentes que tenham um impacto positivo e mensurável no ambiente e/ou na sociedade e que tenham um bom desempenho financeiro.

Mais de 90% dos nossos fundos são classificados nos artigos 8 e 9 do novo regulamento do SFDR. A nossa ambição é que 100% dos nossos ativos sob gestão ativa direta se enquadrem numa dessas duas categorias. Além disso, nos últimos 4 anos, obtivemos a classificação máxima (A +) do PRI - Princípios para Investimentos Responsáveis.
A gama de fundos OFI Responsible Solutions oferece fundos com qualidade certificada através do selo SRI State, o selo Luxembourg Luxflag, o selo de Poupança solidária Finansol, o selo FNG, o selo Greenfin e pela atribuição da classificação mais elevada por parte da Climetrics.

Como devem os investidores e as associações encarar as metas ambiciosas e apertadas, definidas pelo acordo de Paris?
Para fazer face aos desafios lançados pelo Acordo de Paris, os investidores devem ter como preocupação central a integração dos cenários climáticos previstos neste acordo no seu modelo de risco e na gestão das suas carteiras; nomeadamente o objetivo de aumentar a temperatura até ao final do século em menos de 1,5 graus.
Esses cenários devem levar os investidores a considerarem os impactos das mudanças climáticas nas suas carteiras, tanto no que diz respeito aos riscos físicos, como aos riscos de transição que, em ambos os casos, podem levar a uma queda no valor das suas carteiras.

Que papel devem ter os temas de ESG na definição de estratégias? Há “produtos verdes” para todo o tipo de investidores?
Os temas ESG têm um papel central a desempenhar na definição de estratégias de investimento e deveremos assistir a esse fenómeno nos próximos dois a três anos. Estes temas vão, de facto, mudar as estratégias de investimento das empresas de gestão, mudando-as de um ESG de nicho, ou seja, presente em certos produtos, para um ESG convencional.
Existem, sim, produtos RIS para cada tipo de investidor, baseados em abordagens diferentes dependendo do ângulo que se deseja favorecer, sejam as alterações climáticas, a preservação da biodiversidade ou a gestão dos recursos pesqueiros.
Além disso, a gestão das questões relacionadas com as mudanças climáticas pode levar à constituição de carteiras de empresas que contribuam direta e imediatamente para a mitigação das mudanças climáticas ou, por outro lado, à constituição de carteiras de empresas que participam na resolução desses problemas por meio dos seus modelos de negócio.

Haverá relutância e falta de preparação por parte de certas entidades quanto aos temas de investimento sustentável?
Acreditamos que a tradicional relutância em relação a finanças responsáveis desaparecerá naturalmente porque este tema está presente na Europa há muitos anos. Além disso, o contexto geral é favorável. Na verdade, as autoridades públicas na maioria dos estados encorajam fortemente as práticas do SRI através de todo um conjunto de regulamentações que lhes são favoráveis. A França foi uma das pioneiras no desenvolvimento desta área. Desde então, as instituições europeias ampliaram esta tendência com a adoção de novos regulamentos, como a taxonomia e SFDR.

A OFI Pretende consolidar a sua presença no mercado português: será a sustentabilidade o caminho certo para essa consolidação?
A OFI Am está presente em Portugal há vários anos, principalmente com uma clientela institucional.
Queremos oferecer aos investidores portugueses (clientes grossistas, compradores e selecionadores de fundos e banca privada) uma vasta gama de serviços e fundos responsáveis (OFI Responsible Solutions) cobrindo todas as classes de ativos importantes. Das soluções de investimento que a empresa oferece aos canais grossistas e de assessoria, destacam-se quatro estratégias: OFI RS Equity Climate Change, um fundo de participações que investe em empresas europeias mais envolvidas em questões ambientais e promove empresas que se empenham numa abordagem energética ativa e de transição ecológica. OFI Fund RS Act4 Positive Economy, focado na Europa, centra-se nas empresas comprometidas com a proteção do meio ambiente e das pessoas, com base na sua exposição à economia positiva e no seu contributo para a concretização das Metas de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. OFI Financial Investment - RS European Convertible Bond, investe em obrigações europeias conversíveis selecionando empresas com alto potencial de crescimento e integrando análises extra-financeiras para avaliar o desempenho ESG. Por último, o OFI Financial Investment - Precious Metals, um fundo UCITS V que oferece exposição a uma cesta de ativos reais através da replicação do índice “Precious Metals Strategy Basket”, desenvolvido pela equipe de gestão e composto por contratos futuros sobre metais preciosos e taxas de juros. Estamos confiantes de que a nossa abordagem de investimento SRI e soluções serão apreciadas pelos investidores portugueses, uma vez que atendem melhor às necessidades crescentes dos compradores de fundos portugueses, selecionadores de fundos, banqueiros privados e promotores.

Como se pode atrair investimento sustentável?
O desejo por uma finança mais responsável, comprometida e ecologicamente correta está cada vez mais presente entre os investidores, principalmente entre as gerações mais jovens. Acreditamos que os desenvolvimentos regulatórios serão o ponto de inflexão. É claro como a implementação da lei de transição energética na França, em 2015, mudou profundamente as mentalidades dos investidores institucionais, mas também das pessoas físicas. Portanto, acreditamos que o novo regulamento europeu de SFDR acelerará a mudança na perspectiva dos investidores sobre o SRI.
Também vem sendo notório o grande interesse de investidores individuais por finanças responsáveis. Nessa área, grandes esforços deverão ser feitos pelas distribuidoras em termos de educação para tornar estes conceitos mais acessíveis. A divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável será um elemento igualmente importante para explicar e ilustrar a importância dos investimentos.

POUPANÇA DAS FAMÍLIAS

Aversão ao risco continua a refrear investimento

Portugueses estão mais proativos a investir as suas poupanças, mas depósitos à ordem e a prazo continuam a ser a tendência dominante. Ainda assim, 9,4% admite disponibilidade para investir em ações, obrigações ou fundos de investimento.

ÂNIA ATAÍDE
aataide@jornaleconomico.pt

A aversão ao risco continua a ser a tendência dominante dos portugueses, preferindo dirigir as poupanças para depósitos à ordem, ainda que se revelem mais dispostos a investir em ações, obrigações ou fundos de investimento. No ano marcado pela chegada da pandemia, em que a taxa de poupança das famílias atingiu máximos históricos, aumentou para 9,4% a proporção dos portugueses que referem investir em ações, obrigações ou fundos de investimento no ano passado face aos 3,9% registados em 2015, segundo o "3º Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa".

De acordo com os dados do relatório, publicado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) os portugueses "revelam maior proatividade na aplicação da poupança em 2020, com o aumento da proporção dos que referem investir em ações, obrigações ou fundos de investimento", com alguns entrevistados também a afirmarem investir em criptoativos ou ICOs.

"As famílias portuguesas são mais tradicionais na sua forma de investir privilegiando ativos com risco específico bancário, como é o caso dos depósitos a prazo que não oferecem qualquer rentabilidade, e ativos imobiliários", sublinha Nuno Sousa Pereira, *head of investments* da Sixty Degrees.

Os dados do Instituto Nacioanl de Estatística (INE) revelam que a taxa de poupança das famílias atingiu 12,8% no ano passado, um máximo de 2002, e mais 5,7 pontos percentuais do que em 2019. Segundo o relatório do CNSF, em ano de máximo histórico, os portugueses tiveram "um ligeiro aumento na proatividade na aplicação da poupança" face a 2015. Todavia, 58,5% manteve o dinheiro na conta à ordem, 33,2% colocou-o numa conta a prazo e 9,4% investiu em ações, obrigações ou fundos de investimento.

"Esta tendência portuguesa está, por um lado, alicerçada nos ainda frágeis conhecimentos a nível financeiro mas, por outro, na memória recente dos problemas causados por grandes instituições portuguesas cotadas em bolsa, como foram os casos do BES e da PT", considera Nuno Sousa Pereira, realçando que "estas "feridas" em fase de cicatrização, criaram uma aversão generalizada ao risco na geração de investidores nacionais que ainda é dominante em termos de poupança acumulada/capacidade de investimento".

Unsplash

No que toca às poupanças, 58,5% dos portugueses manteve o dinheiro na conta à ordem e 33,2% colocou-o numa conta a prazo em 2020

Ainda assim, Henrique Tomé, analista da corretora XTB, assinala que se nota "uma clara mudança nas faixas etárias mais novas e o termo "investir" tem vindo a ganhar cada vez mais popularidade ao longo dos últimos anos".

A fotografia coloca, assim, Portugal atrás dos pares europeus no que toca à diverificação e potencial de risco e retorno dos investimentos.

"Atualmente as poupanças nacionais estão muito centradas nos depósitos e poupança com capital e taxa garantida. Noutros países, as poupanças têm sido canalisadas para investimentos mais diversificados com vários tipos de ativos, sem capital garantido e com maior exposição a ações", refere Rui Castro Pacheco, direção de investimentos do Banco Best.

O analista dá como exemplo, o que denomina de apego às taxas de juro. "Enquanto uma boa maioria dos portugueses continua muito apegada às taxas de juro, as quais estão historicamente baixas, outros países têm estado mais expostos a outros ativos e, por exemplo, a beneficiar da valorização dos mercados acionistas", diz.

Recuperação não dita maior propensão para investir

O fim de uma crise dita geralmente uma diminuição da poupança e uma maior propensão para o consumo e o cenário não deverá ser muito distinto após a recuperação da crise provocada pela pandemia, segundo os analistas.

"Se as últimas crises servem de exemplo, a taxa de poupança regressa sempre aos valores anteriores passado o período de crise", assinala Jorge Duarte, economista da Deco.

Rui Castro Pacheco antecipa que "alguma incerteza que ainda vamos viver nos próximos meses nos traga alguma prudência na retoma do consumo, pelo que podemos ter alguma estabilidade nos valores da poupança, mas penso que será difícil assistirmos a uma continuação, pelo menos significativa, na melhoria dos valores".

Uma opinião partilhada por Jorge Duarte, que sustenta que "à medida que a incerteza desapareça e a economia volte a crescer, é improvável que haja um *boom* da poupança em Portugal que seja sustentado a longo prazo".

Após esse período, Nuno Sousa Pereira considera que uma boa parte da poupança dos portugueses deverá ser redirecionado para o consumo, como acontece noutros países.

"Ainda assim, é notável verificar o aumento do interesse dos portugueses por temas como a literacia financeira, as fontes de rendimento alternativos, a gestão das finanças pessoais e os temas de investimento. Contudo, os montantes acabam por ter ainda pouca expressão, uma vez que, retirando a componente imobiliária, o valor total de investimento em ativos mobiliários por família é baixo", diz.

CUIDADOS A TER ANTES DE INVESTIR

Primeiro do que tudo, apostar num plano de investimento. É este o principal conselho de Jorge Morais, consultor da Abreu Advogados, que alerta para a importância de definição do perfil do investidor face ao risco, bem como quais os valores para os quais pretende assegurar um risco menor, "sendo a manutenção do capital a preocupação fundamental" e "quais os valores para os quais pretende obter uma maior remuneração, associada a um maior risco". Para o especialista da firma de advocacia, independentemente do perfil de risco, é sempre do investidor a decisão sobre os valores e a respetiva percentagem que serão afetos a cada tipo de operação, recomendando a diversificação da carteira "mesmo no caso de ter um perfil dinâmico".

"Antes da tomada de qualquer decisão, o investidor deve ainda confirmar se o intermediário financeiro com quem pretende iniciar uma relação está devidamente registado e autorizado na CMVM a prestar os seus serviços em Portugal", adverte, alertando que tal ainda se torna mais permente relativamente às plataformas eletrónicas disponibilizadas na internet. Recomenda ainda a utilização de instrumentos de "fácil acesso, geridos profissionalmente, sujeitos a supervisão, o que condiciona as políticas de investimento praticadas e obriga à prestação periódica de informação, como é o caso dos fundos de investimento mobiliários e imobiliários".

JORGE MORAIS
Consultor da Abreu Advogados

Bloomberg

FUNDOS MOBILIÁRIOS

Montanha-russa mantém mercados com sinal positivo

Fundos mobiliários têm uma evolução muito positiva, num período marcado pela volatilidade provocada pela pandemia, com um que teve uma quebra aprupta dos mercados e máximos históricos.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

Os mercados de capitais viveram uma autêntica montanha-russa no ano que passou, com os índices a subirem a máximos, em fevereiro, na véspera da eclosão da pandemia de Covid-19, para caírem abruptamente enquanto o novo coronavírus alastrava e se decretavam os primeiros confinamentos para conter a doença, um mês depois. Desde o pico dos mercados acionistas, a 12 de fevereiro, até ao final e março, o índice mundial MSCI perdeu quase um terço. Nos Estados Unidos da América, o Dow Jones perdeu 20% em apenas 16 sessões e o Nasdaq Composite levou mais uma sessão a fazê-lo, entrando oficialmente em bear market, enquanto outro índice de referência, o S&P 500, perdeu mais de um terço do valor em 33 dias, quando, historicamente, uma correção desta magnitude leva mais de 11 meses a concretizar-se. Só na "quinta-feira negra" de 12 de março, dia do mergulho generalizado das bolsas, os índices norte-americanos perderam mais de 7%, mas deste lado do Atlântico o português PSI 20 teve o pior dia desde a crise financeira de 2008, caindo 8,66%, em linha com os principais mercados europeus, de onde se destacava Milão, com um tombo de 11%.

No entanto, os índices ressaltaram como uma bola de borracha para iniciarem uma recuperação que os levou a novos recordes, mesmo com a crise pandémica. O cômputo geral de altos e baixos de um ano atípico é francamente positivo e isso nota-se nos fundos de ações e nos fundos multiativos registados na Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP), que obtiveram, todos, uma rendibilidade positiva a um ano, com oito em 10 a alcançarem valorizações de dois dígitos.

Se olharmos, apenas, para os fundos de ações, a rendibilidade anualizada foi de dois dígitos em seis das sete categorias referenciadas pela APFIPP

Se olharmos, apenas, para os fundos de ações, a rendibilidade anualizada foi de dois dígitos em seis das sete categorias referenciadas pela APFIPP e só porque o valor do Montepio Euro Healthcare subiu apenas 2,28%, o passo mais lento entre os fundos de ações sectoriais. Todos os outros 38 fundos cresceram mais de 10%.

O conjunto de fundos de ações da América do Norte registou as maiores rendibilidades, com uma média anualizada, a um ano, de 31,69%, quase três pontos percentuais acima da média de 28,8% registada pelos fundos de ações globais, que também incluem os mercados norte-americanos.

Neste período de pandemia, é reconhecido que as empresas tecnológicas colheram benefícios, que se refletiram na sua cotação. Isso explica que, em plena pandemia, tenham surgido as duas primeiras two trillion dollars companies, empresas que o mercado avalia em mais de dois biliões de dólares (cerca de 1,7 biliões de euros), a Apple, que atingiu esta fasquia em agosto de 2020, e a Microsoft, que o fez agora, em junho.

Entre os oito fundos que integram a categoria da América do Norte, destacam-se o BPI América, com uma rendibilidade de 37,09% e o Santander Ações América, com 34,05%. Aliás, estes dois fundos foram os que registaram as melhores rendibilidades, no último ano, segundo os últimos dados da APFIPP. O primeiro tem 25,8 milhões de euros sob gestão e o segundo 89,1 milhões de euros, tendo ambos um nível de risco de seis (numa escala de um a sete), elevado, que prevê uma volatilidade histórica entre 15% e 25%.

A terceira maior rendibilidade coube ao Caixagest Ações Emergentes, com 33,9%. Tem 9,7 milhões de euros sob gestão.

No conjunto de fundos de ações europeias, a rendibilidade média, anualizada, a um ano, foi de 23,13%, enquanto nos fundos de ações ibéricas a rendibilidade média foi de 23,47%.

Luz continua ao fim do túnel 2021

Desde o início do ano, o ritmo de crescimento abrandou, mas a tendência de expansão manteve-se, com todos os fundos de ações obtiveram rendibilidades positivas a três e a seis meses.

Destacam-se os fundos de ações globais, com uma rendibilidade média de 17,17%, e a categoria de fundos de ações europeias, com 16,6%. Entre os fundos de ações globais sobressaem o IMGA Global Equities Selection - Categoria A, com uma rendibilidade de 19,95%, e o Caixa Ações Líderes Globais, com 18,61%. No caso dos fundos de ações europeias, a evolução mais positiva é a das unidades de participação do Santander Accões Europa - Classe C, que engordaram 18,99%, logo seguidas pelas do Montepio Ações Europa – Classe I, com 18,11%.

Em maio e junho, com o decorrer dos processos de vacinação, essencialmente no mundo Ocidental, e com os resultados positivos das empresas, tendo como pano de fundo as perspetivas de crescimento da generalidade das economias, os investidores tornaram-se mais otimistas.

O período em que nos mantemos de taxas de juro historicamente baixas também faz com que as ações sejam uma opção encarada como viável, face a outras alternativas.

No mês passado, o Stoxx 600, índice que agrega as 600 maiores cotadas europeias, atingiu um máximo, depois de oito sessões consecutivas a bater metas históricas, naquela que foi a mais longa série de recordes desde 1999.

O desenvolvimento dos programas de vacinação e dos programas governamentais de estímulo económico, que se querem com maior intensidade no segundo semestre do ano, deixam as principais organizações internacionais otimistas, com projeções positivas de crescimento acelerado, para atingir níveis pré-pandemia, já em 2022. ●

FUNDOS IMOBILIÁRIOS

FII continuam marcados pela reduzida liquidez

As subscrições de fundos de investimento imobiliário sofreram uma ligeira redução, em termos de volume, nos primeiros cinco meses do ano. Os fundos abertos de rendimento mantêm rendibilidades elevadas.

VÍTOR NORINHA
vnorinha@jornaleconomico.pt

O volume sob gestão dos fundos de investimento imobiliário (FII) nacionais era de 10.706 milhões de euros no final de maio, de acordo com a Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP). Este volume significa um recuo de 1,2% nos volumes desde o final de dezembro último.

A explicação pelo recuo nas subscrições pode ser encontrada nas expetativas de rendibilidade que, em termos efetivos, são negativas em alguns fundos abertos de acumulação, mas, em contraste, são positivas nos fundos abertos de rendimentos e com valores que estão naturalmente acima da inflação e muito acima das aplicações em depósitos tradicionais nos bancos. Outra explicação para o recuo do interesse, essencialmente dos particulares, é a liquidez, já que existem janelas de resgate que podem chegar aos 12 meses. João Pratas, o presidente da APFIPP, explicou ao Jornal Económico, em entrevista (ver nesta edição do Guia de Fundos) que o investimento em FII é diferente do que é feito nos fundos de investimento mobiliário (FIM). Justifica que o mercado não é líquido e isso justifica o resgate que pode variar entre os dois meses para os pequenos investidores e o prazo de um ano já referido. E alerta que sem este modelo de resgate algumas gestoras poderiam não conseguir fazer face aos referidos resgates. Esta situação derivam da última crise financeira e em que os bancos depositários acabaram por fazer importantes compras de unidades de participação dos fundos imobiliários por forma a mantê-los com liquidez suficiente.

O recuo nas subscrições pode ser explicado com expetativas de rendibilidade que, em termos efetivos, são negativas em alguns fundos abertos de acumulação, mas positivas nos fundos abertos de rendimentos

Rendibilidades interessantes

As rendibilidades dos fundos abertos de rendimento são interessantes, quando comparadas com os depósitos bancários tradicionais ou com as aplicações em fundos mobiliários de curto prazo.

No entanto, perdem para o mercado de risco onde estão várias classes de fundos mobiliários. Os dados são da APFIPP que nos diz que a melhor performance em termos de rendibilidade efetiva com dados de 31 de maio pertence ao fundo Imofid da Fidelidade com 3,03%, sendo que em termos anualizados é possível chegar aos 7,49% de rendibilidade. O Imofomento do BPI Gestão e Activos tem uma rendibilidade nos primeiros cinco meses do ano de 0,76%; enquanto o Fundimo da Caixa Gestão de Activos está nos 1,57%; o Imopoupança FEIIA do Fundiestamo está nos 0,64%; o NB património da GNB apresenta uma rendibilidade efetiva de 1,28% e uma rendibilidade anualizada de 3,13%. O Valor Prime, do Montepio Valor, tem 1,41% de rendibilidade até maio e potencial de chegar aos 3,43%; e o VIP da Silvip está nos 1,67% e pode chegara 4,09% de rendibilidade anualizada.

Diferente é a perspetiva para os fundos abertos de acumulação onde as melhores performances em termos de rendibilidade efetiva é do fundo AF Portfólio Imobiliário da gestora Interfundos e com um valor de 2,17% e uma rendibilidade anualizada de 5,33%. Um outro fundo positivo é o CA Imobiliário FEIIA gerido pela Square Asset Management com 1,37% de rendibilidade nos primeiros cinco meses do ano e que em termos anualizados significa 3,34%, de acordo ainda com a APFIPP. Da mesma gestora o fundo Property Core Real Estate fund revela uma rendibilidade de 1,15% até maio.

Cristina Bernardo

Diferenças de dimensão

Interessante verificar que há uma diferença grande entre volumes sob gestão dos diversos fundos. O CA Imobiliário tem 867 milhões de euros de ativos sob gestão, enquanto o Property Core Real Estate da mesma gestora tem 13,6 milhões de euros, e o AF da Interfundo tem 249,5 milhões de euros de ativos. Nos fundos abertos o maior volume é da Fundimo com 617 milhões de euros, enquanto o VIP tem 326 milhões de euros de ativos sob gestão e o valor Prime quase 279 milhões de euros.

Nos fundos de reabilitação urbana as rendibilidades efetivas são negativas. O Coimbra Viva perde 5,49% até maio e o Príncipe Real Reabilitação Urbana tem uma rendibilidade efetiva negativa de 1,42%.

O maior número de fundos estão na classe dos Fundos Fechados de Desenvolvimento e as disparidades nas rendibilidades são grandes. Destacam-se pela positiva o Invesfundo da Gestifimo com 39,90% positivos; o Oceânico III – FEIFF com 1,5% positivos; ou ainda o Grand Bay Residences – SICAFI com 22,69% positivos nos primeiros cinco meses do ano. Também o Splendimension SICAFI da Lynx Asset Management tem 15,05% positivos. Pela negativa temos o Lisfundo da GEF com 12,97% negativos; o Unicampos FEIIF da GNB com 15,49% negativos; o RSNX com 21,74% negativos; ou o Almost Future da Silvip com 10,09% negativos. O mesmo tipo de comportamento apresentam os fundos fechados de arrendamento. ●

NEGÓCIOS DOS FUNDOS

Ter um bom inquilino, com um contrato longo e uma taxa de retorno compatível com a política do fundo são os ingredientes para o investimento. Em novembro último, a Sonae Capital vendeu o Aqualuz Suite Hotel, em Lagos, ao fundo Imofomento, gerido pelo BPI Gestão de Ativos, uma das instituições que apresenta melhor nível de liquidez do mercado dos FII. O negócio envolveu um contrato a 20 anos com o grupo Sonae, tendo sido intermediado pela consultora imobiliária JLL. A transação final ficou nos 20,65 milhões de euros e a gestão é da SC Hospitality, a unidade que faz a gestão do negócio hoteleiro da Sonae Capital. O comentário feito por responsáveis da consultora vai no sentido de que mesmo com a incerteza do turismo, o interesse no setor hoteleiro por parte dos investidores, mantém-se. Ainda recentemente foi notícia o facto de a Sonae Capital estar a investir 17,5 milhões de euros numa nova marca hoteleira, a The Editory Collection Hotels, prevendo vir a atingir os 600 quartos até 2025.

Mas não é só hotelaria que os fundos imobiliários procuram. Há interesse em escritórios, armazéns, supermercados ou retail parks. O fundo imobiliário do grupo Fidelidade anunciou nos últimos dias ter adquirido uma loja inserida no antigo edifício do Diário de Notícias, situada no Marquês de Pombal, no coração de Lisboa. O Imofid, gerido pela Fidelidade SGOIC e com a assessoria da C&W, envolveu 13,9 milhões de euros. O vendedor foi a Avenue que em 2019 tinha adquirido todo o complexo do antigo DN por 45 milhões de euros. Para os próximos dias está prevista uma grande transação imobiliária no Porto por parte de outro fundo imobiliário, enquanto o Imofomento do BPI anunciou esta semana a compra da Makro de Alfragide.

SILVIP / BUILDING ON TRUST

A SILVIP – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., é uma sociedade gestora de organismos de investimento coletivo, fundada em 1987, é uma asset manager especializada na gestão de fundos de investimento imobiliário colocados junto de investidores privados e institucionais, de capital privado e maioritariamente independente de grupos financeiros.

Com 35 anos de mercado, a SILVIP estabeleceu a sua reputação no mercado imobiliário e financeiro português com a gestão do reputado Fundo VIP. Recentemente, ampliou a sua carteira mandatos, gerindo 8 organismos entre Fundos de Investimento e SICAFIs.

Privilegia a relação próxima com os investidores, numa óptica de "boutique de investimento" capitalizando o profundo conhecimento do mercado imobiliário português em diferentes estratégias de investimento – core, value added e opportunistic – nos mais diferentes sectores – residencial, serviços, logística e retalho – beneficiando da experiência e da extensa rede de contatos dos seus profissionais.

Building on Trust é o seu modo, assumindo o compromisso formal com os investidores no desenvolvimento de uma relação de longo prazo.

FUNDOS ESTRELA

Descrição

O Fundo VIP, criado em 1987, é um Fundo Imobiliário Aberto com distribuição de rendimento, constituído por um património autónomo pertencente aos participantes, cujos ativos estão localizados essencialmente nos principais centros urbanos – Lisboa e Porto.

É um fundo de distribuição de rendimentos aos seus participantes, efetuando o pagamento dos rendimentos de 3 em 3 meses, em função dos resultados líquidos realizados, através de crédito automático na conta à ordem. Em 2020, o valor distribuído (bruto, sujeito a retenção na fonte) foi de cerca de 10 milhões de euros.

Foi-lhe atribuído em 2020, pelo segundo ano consecutivo, o Prémio do Melhor Fundo de Investimento Imobiliário Aberto pela APFIPP/Jornal de Negócios (este prémio é da exclusiva responsabilidade da entidade que o atribuiu).

CONDIÇÕES GERAIS DO FUNDO VIP

Tipo de Fundo	Fundo Imobiliário Aberto de Rendimento
Composição da Carteira	Mínimo de 75% em investimentos imobiliários
Distribuição de Rendimentos	Trimestral – 15 de março, junho, setembro e dezembro
Clientes	Particulares e Empresas
Prazo Adequado	Superior a 3 anos
Nível de Risco	**1** Classe de Risco "1 - Risco Baixo", por apresentar intervalos de volatilidade inferiores a 0,5%.
Subscrição Mínima	5 unidades de participação com múltiplos de 5 unidades de participação para montantes superiores
Comissão de Subscrição	**Isenção até 31/12/2021;** Após essa data: < 2.500.000 Euros - 1% > ou = a 2.500.000 Euros e < 5.000.000 Euros - 0,5% > ou = a 5.000.000 Euros e < 10.000.000 Euros - 0,25% > ou = a 10.000.000 Euros - 0,125%

Reinvestimento	Os rendimentos líquidos distribuídos trimestralmente podem ser reinvestidos automaticamente na aquisição de novas Unidades de Participação, sem pagamento de comissão.
Comissão de Resgate	Unidades de Participação até 3 anos, inclusive - 1,5% Unidades de Participação entre 3 e 5 anos, inclusive - 1% Unidades de Participação entre 5 e 10 anos, inclusive - 0,5% Unidades de Participação com mais de 10 anos - 0,25%
Entidades Comercializadoras	Banco Montepio Banco Carregosa

Para outras informações, por favor consultar o prospeto e Informações Fundamentais Destinadas aos Investidores (IFI), informação disponível em www.montepio.pt, www.bancocarregosa.com, www.silvip.pt e www.cmvm.pt e nos balcões da Caixa Económica Montepio Geral e no Banco Carregosa.

FÓRUM

TÊNDENCIA DE CRESCIMENTO É PARA MANTER, NO SEGUNDO SEMESTRE, APESAR DO RISCO

Os atores do mercado acreditam que a rota de crescimento vai manter-se, alavancada pela aceleração dos processos de vacinação contra a Covid-19 e pela recuperação das economias. O risco para um melhor desempenho está no comportamento da inflação.

1 QUAIS AS PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO DOS MERCADOS PARA O SEGUNDO SEMESTRE E O IMPACTO NA ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO DE ATIVOS NAS VÁRIAS CLASSES DE FUNDOS MOBILIÁRIOS?

PEDRO LINO
CEO e gestor dos fundos da Optimize SGOIC

A forte subida nos denominados ativos de risco registada no primeiro semestre foi suportada por entradas líquidas recorde nos fundos globais de ações no montante de 580 mil milhões de dólares norte-americanos. Nunca tanto dinheiro rumou ao mercado acionista, principalmente devido à reduzida taxa de rentabilidade das obrigações que continua em mínimos históricos, apesar da perspetiva de subida ligeira das taxas de juro norte-americanas em 2023. Atualmente, temos mais de 12 biliões de dólares de dívida que negoceia com rentabilidade negativa, o que continuará a beneficiar os ativos de risco.
No segundo semestre, estaremos atentos à reunião dos Bancos Centrais em Jackson Hole, onde será analisado o tema da inflação e da resposta da política monetária, uma vez que se assiste à discussão se estamos perante algo temporário ou uma alteração estrutural no custo de vida. Por um lado, existe uma pressão para a retirada de estímulos tendo em conta a bolha que se pode estar a formar atendendo à subida dos mercados, por outro, os receios em assegurar que esta retoma é sólida, tendo em conta as incertezas que ainda decorrem da pandemia. Outro fator de atenção é a evolução do preço da energia, gás, eletricidade e petróleo, que pode condicionar a retoma económica, e, ao mesmo tempo, dar urgência ao investimento em energias renováveis.
Para o segundo semestre manteremos uma exposição relevante aos mercados acionistas, privilegiando as ações tecnológicas, de energia renovável, sector luxo e industriais, no fundo, as que melhor conseguem repercutir o aumento de preços nos consumidores. No mercado obrigacionista estaremos atentos a emissões de países emergentes em moeda forte e obrigações de empresas americanas com rendimento superior ao da inflação.

WILLIAM DAVIES
CIO EMEA and Global Head of Equities da Columbia Threadneedle

MAYA BHANDARI
Fund Manager Multi Asset da Columbia Threadneedle

Os caminhos económicos divergiram durante este ano, à medida que as infeções por Covid-19 aumentaram mais uma vez em muitas partes do mundo, levando a mais restrições. O caminho para a reabertura depende fortemente do ritmo das vacinações. Viagens, entretenimento e hospitalidade continuam a ser os sectores mais atingidos, mas estão a começar a ver um futuro mais brilhante, em que os processos de vacinação aumentam a confiança. Esperamos que a procura reprimida por serviços impulsione o crescimento na segunda metade do ano, levando a surtos de pressão inflacionária, que os bancos centrais provavelmente enfrentarão. Tendo apoiado com sucesso os mercados financeiros com enormes programas de comparas de ativos (quantitative easing], os bancos centrais continuarão a reforçar os seus balanços nos próximos trimestres e estes deverão permanecer elevados no longo prazo.
Os governos precisarão de apoio continuado para gerir o aumento dos níveis de dívida, o que pesará ainda mais sobre o crescimento potencial das economias, limitando as pressões inflacionistas.
Em termos da alocação de ativos, continuamos a acreditar que os melhores retornos ajustados ao risco virão de ações e crédito corporativo nos próximos 12-18 meses. Com ganhos fortes e acima do consenso esperados neste ano e no próximo, a Ásia e o Japão deverão entregar, confortavelmente, um crescimento de ganhos compostos de dois dígitos entre 2020 e 2022, que é várias voltas maior do que os da Europa ou do Reino Unido. Continuamos com uma posição construtiva em relação às ações dos EUA, onde a força da temporada de resultados do primeiro trimestre foi surpreendente.
A equipa de Espanha continua a ver oportunidades no sector de empresas mais pequenas nos Estados Unidos, também um momentum positivo para as ações ESG europeias e para avaliações atraentes de ações do Reino Unido. Finalmente, também olha de forma positiva para a qualidade global como um investimento de longo prazo. Os fundos que a equipa de Espanha recomenda seriam o Threadneedle (Lux) American Smaller Companies, o Threadneedle (Lux) Global Focus, o Threadneedle (Lux) UK Equities e o Threadneedle (Lux) Pan European ESG Equities.

RUI MARTINS
Responsável de Alocação de Ativos da Caixa Gestão de Activos

Após um início de 2021 em que algumas economias experienciaram uma moderação substancial na retoma em curso, as perspetivas de uma reabertura mais sustentada na segunda metade do ano são promissoras. Para tal contribuem a diminuição gradual das medidas de confinamento, possibilitada pelos progressos na vacinação, e o impulso gerado na procura agregada pelos programas de estímulo fiscal. Adicionalmente, as incertezas relacionadas com os riscos latentes advindos da evolução futura da pandemia têm mantido, e deverão continuar a manter, os decisores monetários e fiscais atentos e mais predispostos a permanecerem com políticas mais expansionistas que em ciclos passados. Neste enquadramento, o crescimento tenderá a continuar a ser suportado por políticas macroeconómicas acomodatícias, o que deverá gerar um ambiente favorável para um maior otimismo junto dos agentes económicos. Os dados mais recentes confirmam que o contexto global continua a caracterizar-se como extremamente robusto, o que suporta a perspetiva de que o crescimento continuará a ser um dos mais elevados das últimas décadas.
Nesta envolvente, será expectável que as classes de maior risco apresentem os melhores desempenhos. Para além do crescimento económico robusto, estar-se-á também perante leituras de inflação relativamente elevadas, face às verificadas nos últimos anos, que deverão suportar o aumento das taxas de juro de maturidades mais longas. Desta forma, é provável que uma estratégia de alocação com uma maior exposição a ativos de risco gere valor para uma carteira multiativos, tendo em conta um cenário em que os principais mercados acionistas e de crédito high yield continuem a evidenciar retornos mais favoráveis relativamente aos das classes de dívida pública e privada de melhor qualidade creditícia.

SUSANA VICENTE
Directora de Equity Investment Funds na GNB Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário e na GNB Gestão de Ativos

Espera-se que os próximos meses de 2021 sejam a segunda temporada dos acontecimentos do primeiro semestre: os mesmos riscos e temas serão o centro das atenções dos investidores, mas agora a partir de valorizações mais altas.
Inflação ou não inflação? Esta é a pergunta central que está na mente de todos. Estando nós a assistir a um crescimento dos preços acima da média habitual, principalmente nos Estados Unidos da América, a dúvida consiste em saber se este é um contexto conjuntural (e, portanto, temporário) ou mais estrutural. Em função da resposta, teremos mais ou menos volatilidade nos mercados, maiores ou menores taxas de juro e, por consequência, uma diferente estratégia de investimento.
Assim, esperamos um mercado mais volátil, em função da clarificação que se for tendo ao nível da inflação e da reabertura das economias. Estamos num momento de transição, após uma curta mas profunda recessão e com valorizações perto de máximos, onde a dispersão é uma certeza. Desta forma, a diversificação entre tipos de ativos e geografias é crucial, onde se torna (ainda mais) crítica a seleção: setor a setor, empresa a empresa, sem esquecer os temas ligados à sustentabilidade, cada vez mais presentes na mente de investidores e governantes.
Acreditamos que esta segunda temporada exige estratégias de proteção para a volatilidade, mas também de diversificação em ações e dívida privada, com um enviesamento para Europa e mercados emergentes asiáticos, mas seletivas para histórias de crescimento de qualidade.

NUNO MIGUEL HENRIQUES
Responsável do Santander Asset Management

A aprovação das primeiras vacinas contra a Covid-19 despoletou o que agora percebemos como uma mudança estrutural no sentimento dos investidores, permitindo-lhes vislumbrar uma normalização da economia e a possibilidade de uma recuperação real ao nível do investimento, do consumo e da empregabilidade. Com o aumento progressivo da população vacinada, tornou-se possível chegar ao fim dos confinamentos severos, levando a uma recuperação significativa da mobilidade, o que acelerou a recuperação económica, ao afetar drasticamente o sector dos serviços, que corresponde ao principal motor dos países desenvolvidos, e que tinha sido superado nas fases iniciais da recuperação pelo sector industrial.
Para o remanescente de 2021, esta recuperação tornar-se-á mais extensa e generalizada, à medida que não só a vacinação de uma maior parte da população é alcançada, mas também que os efeitos das políticas monetárias expansionistas dos bancos centrais são sentidos na economia.
Complementarmente, o efeito das ajudas públicas patrocinadas por planos de reativação começará a ser sentido.
A injeção do otimismo económico

coexiste com a aparição lógica do medo de um ressalto na inflação. O preço dos principais bens e serviços deverá refletir a recuperação da atividade, o que apesar de serem boas notícias, poder-se-á tornar também a principal sombra de dúvida relativamente à continuidade da boa evolução dos mercados financeiros. O medo que recai sobre a inflação poderá definir, então, a trajetória dos mercados no curto prazo.
Neste ambiente, as ações irão provavelmente continuar com uma boa performance, suportadas pela aceleração da economia, pelos bons resultados corporativos e pela continuação do fluxo monetário proveniente dos investidores para esta classe de ativos. Por outro lado, o mercado obrigacionista ainda se encontra a enfrentar leituras elevadas de inflação, onde as obrigações ligadas à inflação poderão ser beneficiadas e as yields soberanas de longo prazo poderão ser afetadas pelo aumento da volatilidade. Por fim, os bancos centrais continuarão a tentar conciliar a remoção de alguns estímulos, previamente implementados durante o curso da pandemia, com uma boa gestão das expetativas dos mercados financeiros.
A estratégia passará por maximizar o retorno em ativos imobiliários de rendimento, de risco conservador, num contexto de juros baixos, mantendo/investindo em ativos bem localizados, com rendas estáveis e prazos mais longos.
Em Portugal há dois fatores incontornáveis: o turismo e, uma vez reunidas as condições para a sua reabertura, ainda que gradual, com a contenção da quarta e eventuais vagas seguintes (com ressalva de aparecimento de novas estirpes que podem contrariar esta contenção), a retoma é inevitável. Por outro lado, e fora do contexto do turismo, a atratividade de Portugal no contexto global mantém-se, não se tendo alterado os fundamentais, ou seja, a excelente preparação dos quadros portugueses, a competitividade dos serviços, o nível de custo de vida, a facilidade de integração de expatriados em Portugal e um serviço de saúde que sai reforçado com provas dadas na resposta ao contexto pandémico.
Neste contexto, os ativos no sector do turismo assumem importância assinalável.

JEAN-MARIE MERCADAL
Diretor de Estratégias de Investimento da OFI Holding

O primeiro semestre do ano tem sido muito positivo, em linha com a evolução do mercado desde a descoberta das vacinas em novembro passado. Este tema de "reabertura" das economias levou a uma recuperação espetacular da atividade económica e dos lucros. Os principais índices de ações internacionais aumentaram entre 40% e 50% desde novembro. Esta boa notícia parece-nos já descontada nos preços hoje, quando as avaliações estão bastante elevadas. Acreditamos que pode ter início uma fase mais incerta.
Os investidores devem, agora, concentrar-se noutros tópicos. Em primeiro lugar, sobre o carácter cíclico ou mais estrutural da subida da inflação e a futura reação dos bancos centrais sobre este importante tema. Pode-se suspeitar que eles sejam complacentes demais com governos altamente endividados, em detrimento do detentor dos títulos. Outras questões também podem atrair a atenção dos mercados e criar uma volatilidade renovada, nomeadamente na zona do euro durante as próximas eleições alemãs, que terão lugar em setembro, sobre a disciplina orçamental e um novo pacto de estabilidade sobre a moeda única europeia.
É por isso que mantemos posições patrimoniais neutras em relação às alocações estratégicas. Assim, fases de mercado mais voláteis proporcionarão oportunidades para fortalecer os investimentos.

LUÍS CARVALHO
Administrador da CA Gest

No segundo semestre, deveremos continuar a assistir a uma reaceleração da actividade económica nas principais economias ocidentais, em particular nos EUA e Europa onde os programas de vacinação decorrem a um ritmo mais satisfatório. No que toca ao Japão e a algumas geografias emergentes, mais recentemente fustigadas por nova vaga pandémica, é expectável um regresso à normalidade com um desfasamento de alguns meses.
Finalmente a China, que se tem debatido com uma subida dos custos das matérias-primas e com uma apreciação da sua moeda (yuan), tem revelado alguma moderação em termos de crescimento económico.
Assumindo que o mercado de taxas de juro permanece estável, as acções apesar de dispendiosas em termos de múltiplos poderão continuar a beneficiar dos extensos estímulos fiscais e da manutenção de políticas monetárias acomodatícias. De forma inversa, se os problemas logísticos e a inflação a nível do produtor subsistir por um período mais longo de tempo é plausível que os bancos centrais se tornem menos acomodatícios, em particular se subida de preços for acompanhada por um crescimento económico sólido. Neste cenário, poderemos assistir a uma subida das taxas de juro reais, que presentemente descontam um suporte por parte dos bancos centrais até final de 2023.
Na actual conjuntura, damos preferência a estratégias balanceadas com exposição diversificada às diferentes classes de activos, adicionando investimentos descorrelacionados das classes tradicionais (acções e obrigações). Assumindo um cenário base de estabilidade de taxas de juro e suporte dos bancos centrais, as acções deverão continuar com retornos satisfatórios. Mas não deixa de ser verdade que mesmo atendendo ao crescimento explosivo de resultados empresariais que é esperado para os próximos trimestres, as valorizações estão já dispendiosas e o risco de episódios de "risk off" é agora maior, sobretudo na transição para uma fase do ciclo económico onde são plausíveis subidas das taxas directoras dos bancos centrais e remoção de estímulos.

EDUARDO MONTEIRO
Responsável pela Gestão de Carteiras de Segmento-alto da BPI Gestão de Ativos

No segundo semestre, a tomada de risco nos mercados financeiros deverá depender de três fatores: transitoriedade da subida da inflação, crescimento económico chinês e novas variante da Covid-19.
Uma análise desagregada das recentes surpresas de inflação nos EUA revela que são de natureza transitória, por a oferta macroeconómica não ter antecipado uma recuperação tão rápida da procura. Mantendo-se este contexto, a redução do QE por parte da FED e as futuras subidas de taxas deverá ser gradual e antecipável "sem dor" pelos mercados.
Contrariamente à Europa e aos EUA, a China não teve uma contração da riqueza em 2020, procurando que o crescimento económico atual seja de maior qualidade e menos assente nas tradicionais infraestruturas capital intensivas. Esta nova forma de crescer implica um menor consumo de produtos que muito beneficiaram o crescimento mundial.
Por último, as variantes mais transmissíveis e resistentes às atuais vacinas. Este é o maior risco que os mercados financeiros enfrentam.
Ainda assim, mesmo que se materialize, a prazo o mercado deverá estabilizar. Agora estamos muito melhor preparados para lidar com variantes do que no início da pandemia, até porque as vacinas mRNA mensageiro podem ser alteradas em cerca de 3 semanas e o reforço de vacina será apenas de uma dose. Isto implica que este "Worst Case Scenario" seria limitado no tempo.
Neste ambiente pouco propício a acerto em previsões, arriscamos a indicação que face ao actual nível de taxas de juro reais negativas é dificil imaginar retornos sustentaveis em portfolios sem uma importante componente accionista.
Adicionalmente temos assistido a um aumento da correlação entre as acções e as obrigações pelo que estas ultimas têm perdido importância enquanto elemento diversificador. Neste momento os portfolios estão um pouco "orfãos" de activos que possam diversificar o portfolio, sendo que o ouro emergiu no ano passado como um activo a ter em conta num portfolio diversificado.

Não há desculpas para não investir

CARLOS PINTO
Senior Investment Manager

Estamos constantemente a ser tentados por impulsos de consumo para atingir satisfações pessoais que não passam de sensações efémeras. Um dos desafios passa por racionalizar e disciplinar os gastos supérfluos e canalizar estas "conquistas", leia-se resistência ao consumo excedente, para hábitos de poupança e de aplicação desses pequenos esforços em investimento para realizações verdadeiramente relevantes. Por exemplo, a poupança para a compra de uma casa, a educação dos filhos, uma viagem, complemento da reforma, em suma para sermos financeiramente mais independentes.
Anteriormente, apenas quem detinha montantes elevados, é que conseguia ter acesso a uma carteira de investimento diversificada uma vez que os elevados custos de transação e de custódia eram penalizadores para pequenos montantes, já que sacrificavam grande parte da sua rentabilidade esperada. Hoje em dia existem soluções de investimento no mercado, que mitigam todos estes custos. Remeto para os fundos de investimento, muitos dos quais já não praticam custos de subscrição e de resgate, sendo que alguns permitem inclusivamente o investimento com valores mínimos acessíveis a todos, por ex, 10 eur. Este tipo de produto é a verdadeira resposta à necessidade de aplicação da poupança para todos os investidores que pretendam ter acesso a uma carteira diversificada, democrática, profissional e menos onerosa. Em suma, um fundo de investimento não é mais que uma carteira de investimentos partilhada por todos os investidores na proporção das unidades de participação subscritas.
Mas não é apenas à tentação ao consumo que temos de olhar, é fundamental ter paciência. Quanto maior o horizonte temporal do investimento em carteiras bem diversificadas, maior é a probabilidade de os retornos atingirem os valores pretendidos e menor o risco de perdas. Ou seja, quanto maior for o período de investimento, menor é o impacto do risco de entrada/saída nos pontos "altos"/"baixos".
A paciência aliada à racionalidade, surge como um pilar basilar para o sucesso da estratégia previamente delineada. Infelizmente, é perfeitamente natural a tentação, e por demasiadas vezes a decisão, de sair temporariamente dos mercados nos ciclos mais turbulentos, assumindo as perdas tidas até ao momento, com a confiança e intenção de voltar "passado uns tempos" em condições mais vantajosas, leia-se preços mais baixos. Como diz o povo, "gato escaldado de água fria tem medo", e a confiança em reentrar surge demasiado tarde, normalmente após os mercados superarem as quedas anteriores, perdendo grande parte da recuperação.
Posto isto, é fundamental assumir uma abordagem disciplinada e manter a convicção no poder da diversificação, e do longo prazo no processo de investimento. De facto, "distribuir os ovos por vários cestos" permite diminuir o risco global das carteiras de investimento, defendendo o património acumulado. Respeitar o horizonte temporal idealizado é essencial para que várias ideias de investimento atinjam o seu valor, permitindo ultrapassar as várias intempéries que vão atormentando os diversos ciclos de investimento e beneficiar do efeito capitalização, ou seja, gerar rendibilidade sobre a própria rendibilidade acumulada.
Acabaram-se as desculpas para o deixa andar!

com o apoio OPTIMIZE Investment Partners

FÓRUM

INCERTEZA OBRIGA A REDOBRAR A PRUDÊNCIA NOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

O mercado continuará marcado pelas taxas de juro historicamente baixas, mas há riscos no horizonte, nomeadamente a inflação, que poderá alterar o status quo, e, claro, a evolução da pandemia de Covid-19.

1 QUAL A ESTRATÉGIA DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO NUM CONTEXTO DE JUROS BAIXOS E RETOMA ECONÓMICA CONDICIONADA PELA COVID?

LUIS SARAMAGO CARITA
Administrador da SILVIP – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo

Em termos estratégicos, a gestão dos organismos de investimento imobiliário, em especial a dos organismos abertos, adotou uma perspetiva prudente face à evolução da pandemia. Neste âmbito, pese o crescimento do aforro das famílias e das empresas, os impactos económicos da crise são assimétricos em diferentes setores de atividade, quer em dimensão, quer em consequências. Pela negativa, é notório o impacto negativo no sector dos conjuntos comerciais ou dos conjuntos turísticos.
O contexto atual é igualmente marcado pelas baixas de juro… uma panaceia financeira em tempos de crise que permite aliviar as consequências económicas da pandemia. No entanto, o clima de baixas taxas de juro cria tensões na valorização excessiva dos ativos financeiros e imobiliários. A prazo, num "novo normal pós-pandémico", os agentes antecipam uma subida de taxas de juro, obrigando a cautela no investimento em ativos com contratos longos e retornos reduzidos.
Pela positiva, a reduzida/nula remuneração dos ativos financeiros tem como consequência uma maior disponibilidade de capitais para investimento em setores como o imobiliário. Mesmo na pequena poupança é notória a captação de aforro por parte dos organismos de investimento imobiliário rentáveis – como é o Fundo VIP, fundo premiado em 2019 e 2020.
Desta forma, a estratégia seguida na gestão do Fundo VIP assente em 3 pilares essenciais:

- Manutenção de uma elevada taxa de ocupação, privilegiando a estabilidade da carteira de rendimento do fundo, comprometendo o prazo em detrimento de longos contratos de arrendamento a yields reduzidas;
- Investimento com as entidades inquilinas, acompanhando os seus planos de expansão e melhor adequação dos ativos à sua atividade, acompanhado de melhorias contatuais;
- Foco no reinvestimento em ativos próprios com localizações prime que através de planos de CAPEX/reabilitação acompanham as tendências atuais da procura capitalizando o investimento efetuado em melhores condições contratuais;
- Alienação de ativos em localizações secundárias procurando reinvestir em ativos posicionados em setores como os da saúde e da logística de proximidade.

Em conclusão, a gestão do Fundo VIP procura em períodos conturbados, marcados por medidas reativas face à crise atual, fazer somente pequenos ajustamentos táticos ao portfólio ao invés de empreender grandes estratégias desadequadas em tempos de incerteza.

PEDRO COELHO
Vice-presidente da Square Asset Management

Num cenário macroeconómico de taxas de juro em níveis historicamente baixos, mas de grande incerteza quanto aos impactos futuros decorrentes da pandemia, torna-se necessário, considerando ainda o facto de os portfólios sob gestão, nomeadamente nos FII abertos serem detidos por pequenas poupanças, milhares de pequenos aforradores, um acréscimo de prudência e de conservadorismo.
Assim continuamos atentos a oportunidades que vão aparecendo privilegiando a qualidade dos arrendatários, a segurança dos contratos na sua duração para assegurarem um duradouro "cash flow" de receitas, associado a um bom preço por metro quadrado, uma yield atrativa e ótimas localizações
Esta estratégia tem assegurado, ao longo da vida dos portfólios sob gestão, um excelente retorno associado uma baixa volatilidade, fator muito importante, atentas as características dos participantes existentes nos Fundos Abertos, principalmente particulares com pequenas poupanças.
Num período de maior incerteza, o acréscimo de rigor, prudência e conservadorismo são critérios obrigatórias por forma a assegurar o retorno estável e de longo prazo que este tipo de participantes exigem e que, cremos, será a melhor forma de manter a performance que os nossos produtos têm tido.

MANUEL CALVÃO
Administrador e responsável pela área de Gestão de Fundos da FSG

A Fidelidade Sociedade Gestora (FSG) exerce uma gestão prudente e de longo prazo do portfolio imobiliário diversificado do Fundo Aberto IMOFID, baseada na detenção de imóveis de qualidade com capacidade de geração de cash-flows estáveis a médio-longo prazo e baixa volatilidade perante os ciclos económicos. Para este efeito, critérios como a robustez dos inquilinos, contratos longos ajustados à inflação, localizações consolidadas e edifícios adaptáveis e sustentáveis servem de base à gestão ativa desenvolvida pela FSG.
O impacto do Covid levou à aceleração de tendências latentes do mercado imobiliário, nomeadamente no que respeita aos segmentos de retalho, escritórios, hotéis e logística, e à diminuição de rendimento em alguns ativos imobiliários.
A resiliência do IMOFID permitiu manter a estabilidade dos rendimentos do fundo, corroborando a estratégia de investimento existente, que se irá manter nesta fase de retoma da atividade económica, podendo existir oportunidades de investimento em sectores atualmente mais penalizados, mas com boas perspetivas a médio prazo, por exemplo no sector da hotelaria, mas sempre mantendo o racional estratégico de longo prazo do fundo.
O contexto atual de juros baixos surge como uma oportunidade de captação de investidores para o IMOFID, uma vez que representa uma alternativa atrativa face a outras aplicações mais tradicionais como os depósitos a prazo.

RUI NÁPOLES
Administrador do Montepio Gestão de Ativos – Área de Investimento

O ano de 2020 foi, como não poderia deixar de ser, bastante atípico para os mercados financeiros. Ilustrativo disso mesmo foi a quantidade de letras que foram emergindo freneticamente, numa tentativa de traduzir de forma simples um futuro que era ainda mais incerto: recuperação económica em "V" (entenda-se, uma quebra rápida e acentuada da atividade económica, seguida de uma recuperação em igual conta, peso e medida), que se transformou em "W", depois em "U" e finalmente no símbolo da NIKE, traduzindo a expetativa de uma recuperação longa e penosa.
É importante relembrar que em 2020, as economias ainda estavam ainda sob os efeitos dos "analgésicos" administrados pelo Banco Central Europeu em resposta à crise da dívida soberana europeia (2011/2012), simbolizada de forma eterna pela poderosa frase de "whaver it takes", proferida por Mario Draghi.
Desde então foram tomadas medidas no âmbito monetário que eram acolhidos pelos economistas e analistas financeiros como o novo limiar da capacidade de intervenção do Banco Central Europeu. O resultado foi a sobrevivência do Euro (Moeda e Região) e um "colossal" aumento da dívida pública, que os anos que se seguiram demonstraram ser de difícil digestão (redução).
Assim, as primeiras más notícias vão para os aforradores que dependam do rendimento dos instrumentos de renda fixa (depósitos, obrigações): devem preparar-se para uma nova espécie de "imposto", a pagar pelo efeito de segurança ou menor risco financeiro, que é o escalão onde surgem este tipo de instrumentos.

Santander Asset Management | 50 anos a criar valor

A Santander Asset Management é uma gestora independente e global. Em 2021 celebramos 50 anos de existência, numa viagem na qual nos adaptámos e crescemos num mundo em constante mudança. Melhorámos constantemente a nossa tecnologia e capacidades de investimento por forma a oferecer aos nossos clientes soluções que vão ao encontro das suas necessidades específicas.
A SAM está presente em 10 países, gere ativos avaliados em mais de 182 mil milhões de euros para clientes individuais, institucionais e intermediários, assim como para as filiais do Grupo Santander em várias geografias. Ligamos a Europa à América, através de uma visão global e um conhecimento local.
Guiados pelo talento e a experiência de mais de 700 colaboradores, estamos na vanguarda da gestão sistemática, procuramos performance através de fórmulas de investimento alternativo e investindo hoje em empresas do futuro, gerando um impacto positivo na sociedade e no meio ambiente.

SANTANDER ASSET MANAGEMENT, SGOIC, SA

MORADA
Rua Ramalho Ortigão 51, 9º andar, 1099 – 090 Lisboa – Portugal
E-MAIL
geral_asset_management@santander.pt | Telefone: + 351 210 526 612
WEBSITE
www.santander.pt

SANTANDER ACÇÕES EUROPA

Jose Antonio Espinosa, CFA
Head of Equity Spain
Financial Sector: 1998
Santander AM: 2001

Leticia Santaolalla Del Ojo
PM of European Equity Spain
Financial Sector: 2000
Santander AM: 2017

SANTANDER SUSTENTÁVEL

Cristina Rodríguez Iza, CFA
Head of Global
MultiAsset Solutions Spain
Financial Sector: 1997
Santander AM: 2000

Alicia Esteban Guitard
PM of Long
Term Fixed Income
Financial Sector: 2005
Santander AM: 2014

Carmen Borondo Muñoz
PM of Corporate Debt
Financial Sector: 2006
Santander AM: 2012

Ma. Dolores Solana
PM of European
Sustainable and Small Caps
Financial Sector: 1988
Santander AM: 1989

SANTANDER ACÇÕES EUROPA

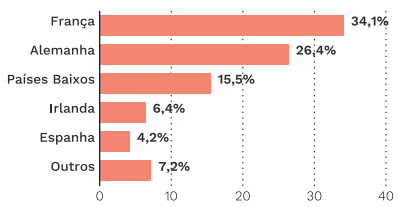
Descrição

O fundo Santander Acções Europa investe em ações de empresas europeias com foco na Zona Euro. As empresas que compõem o fundo são na sua maioria de grande capitalização bolsista, possuem um elevado grau de liquidez e são líderes nos seus negócios, geridas de forma eficiente, geram lucros sustentáveis no tempo e em qualquer ciclo económico. A carteira do fundo é composta por 40 a 50 companhias, sendo gerida com apostas concentradas e de elevada convicção. Na construção do portfólio, a equipa de gestão utiliza uma abordagem do tipo *bottom-up*, que se centra na procura e seleção de empresas com elevado potencial de valorização.
O fundo é gerido por uma equipa com uma vasta experiência nos principais mercados europeus e com um elevado contato e conhecimento das empresas onde investe.

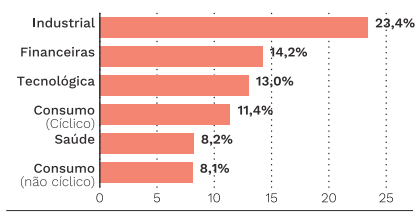
Porquê investir?

No atual contexto de mercado, em que muitas empresas se encontram numa fase de recuperação, a política de seleção de ativos com critérios fundamentais seguida pelo fundo, torna-se num fator chave para o sucesso. Face ao ambiente económico e social excecional, a gestão foca-se em empresas com elevada qualidade e com uma situação financeira estável, no entanto, sem esquecer as megatendências, como, o sector Digital, Energético, Logístico /E--commerce.

SANTANDER ACÇÕES EUROPA
ALOCAÇÃO GEOGRÁFICA (Dados a 30/06/2021)



PRINCIPAIS SETORES



Fonte: Santander

GRAU DE RISCO (ISSR): 6

DADOS DE RENTABILIDADE (30.06.2021)

3 Meses (efetivo)	4,27%
YTD (efetivo)	17,21%
1 ano (anualizado)	27,53%
3 anos (anualizado)	5,48%
5 anos (anualizado)	7,49%

DADOS DO FUNDO (30.06.2021)

Valor dos Ativos sob Gestão: 187 Milhões €
Montante Mínimo de subscrição: 500€
Comissão de Gestão: 2,075%
Prazo de Investimento Recomendado: 3 anos

SANTANDER SUSTENTÁVEL

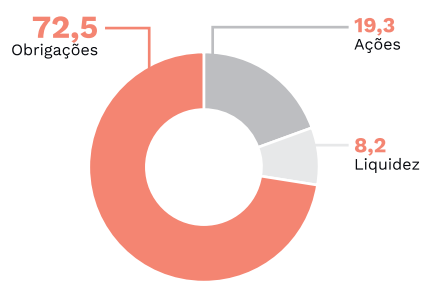
Descrição

O fundo Santander Sustentável investe em empresas que cumprem ou promovem os critérios ISR - Investimento Socialmente Responsável. Além da análise financeira tradicional, a gestão incorpora nas suas decisões de investimento critérios extra-financeiros, como Responsabilidade Ambiental, Social e Governo Corporativo. Combinando quatro pilares: financeiro, ambiental, social e de governo corporativo, obtém-se uma visão mais global dos ativos onde se pretende investir, tomando decisões com maior convicção, aumentando o potencial de geração de valor a longo prazo e reduzindo o risco. O fundo segue uma política de investimento global e diversificada, sendo a carteira composta maioritariamente por obrigações, quer governamentais quer de empresas. Em condições normais de mercado a carteira do fundo investirá cerca de 20% em ações e 80% em obrigações. O investimento em ações está limitado a um máximo de 25%.

Porquê investir?

A forma como investimos atualmente está a mudar, e para além os critérios financeiros que são considerados na decisão de investimento, o tema da sustentabilidade está a ganhar cada vez mais importância no momento de investir. Uma empresa que tenha em consideração a sustentabilidade financeira, social e ambiental, poderá ver os seus lucros impulsionados através de uma maior redução de custos, maior produtividade e proteção da sua reputação. A Santander Asset Management tem uma ampla experiência na gestão de Investimentos Socialmente Responsáveis, com 23 anos de *track- record* neste tipo de fundos. O Fundo Santander Sustentável é gerido por uma equipa de profissionais com experiência em diferentes campos de ESG e investimentos. Adicionalmente, o facto de ser um fundo misto, que combina obrigações e acções, com um perfil conservador, é uma alternativa interessante para os investidores que pretendam obter um retorno de longo--prazo sem um incremento significativo do risco global do seu portfólio.

SANTANDER SUSTENTÁVEL (%)
ALOCAÇÃO DO FUNDO (Dados a 30/06/2021)



Fonte: Santander

PRINCIPAIS POSIÇÕES

Títulos (dados a 30/06/2021)	%
BNP PAR SUS ENH BD 1	8,8%
ETF iShares EUR Corp	7,4%
BOTS 0 14/01/22	7,0%
AMUNDI IEACS ETF DR	6,7%
SPGB 0 31/01/25	4,7%
CANDRIAM SUS BD EC-I	4,7%

GRAU DE RISCO (ISSR): 3

DADOS DE RENTABILIDADE (30.06.2021)

3 Meses (efetivo)	1,30%
YTD (efetivo)	1,37%
1 ano (anualizado)	5,91%

DADOS DO FUNDO (30.06.2021)

Valor dos Ativos sob Gestão: 174 Milhões €
Montante Mínimo de subscrição: 500€
Comissão de Gestão: 1,1%
Prazo de Investimento Recomendado: 3 anos

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função evolução dos ativos que compõem o fundo, sendo que maiores rendibilidades estão normalmente associadas a maior risco, podendo existir perda do capital investido.
O presente artigo não dispensa a consulta do Prospeto e do IFI do fundo de investimento mobiliário referido, disponíveis em todos os locais e meios de comercialização dos mesmos bem como no site da CMVM – www.cmvm.pt.

PUB

FUNDOS DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTOS

Ao investir, pense sustentável.

A Caixa Gestão de Ativos[1] é subscritora dos PRI[2] (*Principles for Responsible Investment*). O Investimento Socialmente Responsável é uma estratégia e prática que visa incorporar fatores ambientais, sociais e de governo das sociedades (ESG[3]) nas decisões de investimento.

Acreditamos que a adoção de um modelo de Investimento Socialmente Responsável melhora a compreensão dos riscos e das oportunidades que existem nas carteiras de investimento, ao mesmo tempo que robustece o perfil ambiental, social e de melhores práticas de governo societário das mesmas.

A Caixa Gestão de Ativos dispõe atualmente de uma vasta oferta de Fundos de Investimento Mobiliário que integra fatores ambientais e sociais na sua gestão.

Ao investir, escolha fazê-lo em prol da sustentabilidade.

Poderá encontrar informação mais detalhada sobre cada fundo de investimento, nomeadamente sobre o respetivo mercado alvo, na informação pré-contratual disponível em www.caixagestaodeativos.pt ou www.cgd.pt.

Notas:

[1] Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A..
[2] PRI - United Nations – Supported Principles for Responsible Investment.
[3] ESG: Environmental, Social and Governance.
De acordo com o Regulamento (UE) 2019/2088, SFDR (Sustainable Finance Disclosure Regulation) na informação pré-contratual de cada produto poderá ser consultado se, e em que medida, o fundo de investimento promove características ambientais ou sociais ou tem como objetivo a realização de investimentos socialmente responsáveis.
O Investimento em Fundos de Investimento Mobiliário não tem garantia de rendimento e pode implicar a perda do capital investido, pois não tem garantia de capital.

Sociedade Gestora: Caixa Gestão de Ativos, SGOIC, S.A., Av. João XXI, 63, 1000-300 Lisboa | Capital Social: 9.300.000€ | NIPC 502 454 563 (empresa do Grupo Caixa Geral de Depósitos).
Banco Depositário e Entidade Comercializadora: Caixa Geral de Depósitos, S.A..

Signatory of:

PRI Principles for Responsible Investment

Caixa. Para todos e para cada um.

Caixa Geral de Depósitos, S.A.